



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**TRABALHO SEXUAL EM PLATAFORMAS DIGITAIS: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS TRABALHADORAS**

AYZA LUZIA VIEIRA LINS

João Pessoa
2024

TRABALHO SEXUAL EM PLATAFORMAS DIGITAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS TRABALHADORAS

AYZA LUZIA VIEIRA LINS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – CCHLA, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Profª. Dra. Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo

Área de concentração: Psicologia Social

Linha de pesquisa: Psicologia social da saúde e do trabalho

João Pessoa
2024

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

L759t Lins, Ayza Luzia Vieira.

Trabalho sexual em plataformas digitais : uma análise a partir da experiência das trabalhadoras / Ayza Luzia Vieira Lins. - João Pessoa, 2024.

104 f. : il.

Orientação: Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Trabalho sexual. 2. Plataformas digitais. 3. Psicossociologia do trabalho. 4. Venda de conteúdo erótico. 5. Webcamming. I. Máximo, Thaís Augusta Cunha de Oliveira. II. Título.

UFPB/BC

CDU 331:613.88(043)

**TRABALHO SEXUAL EM PLATAFORMAS DIGITAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA EXPERIÊNCIA DAS TRABALHADORAS**

AYZA LUZIA VIEIRA LINS

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo (Orientadora - PPGPS/UFPB)

Prof^a. Dr^a. Manuella Castelo Branco Pessoa (Membro externa - Departamento de Psicologia/UFPB)

Prof^a.Dr^a. Maria de Fátima Pereira Alberto (Membro interna - PPGPS/UFPB)

RESUMO

TRABALHO SEXUAL EM PLATAFORMAS DIGITAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS TRABALHADORAS

O trabalho sexual é uma temática envolta em estigmas, que se atualiza e se transforma à medida que novas tecnologias aparecem. No meio digital uma das possibilidades são as plataformas, que podem ter usos variados. Podem ser um catálogo para marcação de encontros presenciais, podem ser sites de venda de conteúdo erótico (sites onde as trabalhadoras postam conteúdos que podem ser fotos, vídeos ou textos e o assinante paga uma taxa mensal para ter acesso a eles, também podem enviar mensagens privadas e enviar presentes, que geralmente são em dinheiro) e de webcamming (que são chats, geralmente com câmera ligadas e virtuais síncronos). Esse estudo discorre sobre o trabalho realizado por mulheres nas plataformas de venda de conteúdo por assinatura e de webcamming, com o objetivo geral de analisar a atividade de trabalho sexual plataformizado de mulheres e com os objetivos específicos de: a) Caracterizar a atividade profissional no contexto do trabalho sexual plataformizado, b) Caracterizar o perfil das trabalhadoras participantes do estudo, c) Analisar a construção da identidade das trabalhadoras no trabalho sexual plataformizado, d) Identificar como o trabalho com o negativo psicossocial afeta as trabalhadoras, e) Investigar a existência de um coletivo de trabalhadoras. O aporte teórico-metodológico utilizado foi a psicossociologia do trabalho, articulando, com as discussões sobre o trabalho plataformizado e com as discussões de gênero, raça e classe a partir de Heleieth Saffioti. A metodologia escolhida foi a qualitativa, o estudo contou com 13 participantes (12 cis / 1 trans), a coleta dos dados ocorreu através de entrevistas semiestruturadas e de um formulário com questões sociodemográficas, ambos remotos. A análise dos dados se deu a partir da análise de conteúdo temática de Minayo. A dissertação está dividida em três artigos. O primeiro é uma revisão da literatura sobre o trabalho sexual em que foi utilizado o software iramuteq, identificou-se o estigma como uma questão central na vida dessas trabalhadoras e que elas possuem diferentes perspectivas sobre seu trabalho. O segundo discorre sobre a caracterização e análise do trabalho realizado nas plataformas. Nele foi visto que existem aspectos em comum com outros trabalhos plataformizados, mas, como o trabalho sexual é estigmatizado, envolve outras vulnerabilidades, já que a discussão e as pautas das trabalhadoras dificilmente são consideradas e divulgadas. O último artigo tem como objetivo analisar a construção da identidade das trabalhadoras no trabalho sexual plataformizado. Notou-se que as participantes que tinham aproximação com as ideias das ativistas do trabalho sexual possuem uma identidade profissional mais fortalecida. Além disso, para algumas delas, o trabalho sexual aparece como um trabalho para a vida toda, em que pretendem construir uma carreira.

Palavras-chave: Trabalho sexual; plataformas digitais; psicossociologia do trabalho; venda de conteúdo; webcamming.

ABSTRACT

SEX WORK ON DIGITAL PLATFORMS: AN ANALYSIS FROM THE EXPERIENCE OF WORKERS

Sex work is a subject shrouded in stigma, which is updated and transformed as new technologies emerge. In the digital environment, one of the possibilities is platforms, which can have a variety of uses. They can be a catalog for scheduling in-person meetings, they can be sites selling erotic content (sites where workers post content that can be photos, videos or texts and subscribers pay a monthly fee to access them, they can also send private messages and send gifts, which are usually in cash) and webcamming (which are chats, usually with cameras on and virtual synchronous). This study discusses the work carried out by women on subscription content sales and webcamming platforms. The general objective is to analyze the platformized sex work activity of women, the specific objectives are: a) Characterizing professional activity in the context of platformized sex work, b) Characterizing the profile of the workers participating in the study, c) Analyzing the construction of the workers' identity in platformized sex work, d) Identify how psychosocial negativity interferes in the lives of female workers, e) Investigating the existence of a collective of workers. The theoretical-methodological framework used was the psychosociology of work, articulating, when necessary, with discussions on platformized work and with discussions of gender, race and class based on Heleith Saffiotti. The chosen methodology was qualitative, with 13 participants (12 cis / 1 trans). Data collection was carried out through semi-structured interviews and a form with sociodemographic questions, both remotely. Data analysis was based on Minayo's thematic content analysis. The dissertation is divided into three articles. The first is a literature review on sex work using the iramuteq software. Stigma was identified as a central issue in the lives of these workers and that they have different perspectives on their work. The second discusses the characterization and analysis of the work carried out on the platforms. It was seen that there are aspects in common with other platformized work, but, as sex work is stigmatized, it involves other vulnerabilities, since the discussion and the workers' agendas are rarely considered and disseminated. The last article aims to analyze the construction of the workers' identity in platformized sex work. It was noted that the participants who were close to the ideas of sex work activists have a stronger professional identity. Furthermore, for some of them, sex work appears to be a job in which they intend to build a career.

Keywords: Sex work; digital platforms; psychosociology of work; content sales; webcamming.

RESUMEN

TRABAJO SEXUAL EN PLATAFORMAS DIGITALES: UN ANÁLISIS DESDE LA EXPERIENCIA DE TRABAJADORES

El trabajo sexual es un tema rodeado de estigmas, que se actualiza y transforma a medida que surgen nuevas tecnologías. En el entorno digital, una de las posibilidades son las plataformas, que pueden tener usos variados. Pueden ser un catálogo para agendar reuniones cara a cara, pueden ser sitios de venta de contenido erótico (sitios donde los trabajadores publican contenidos que pueden ser fotos, videos o textos y el suscriptor paga una cuota mensual para tener acceso a ellos, también pueden enviar mensajes privados y enviar regalos, que suelen ser en efectivo) y webcamming (que son chats, normalmente con cámaras encendidas y sincrónicos virtuales). Este estudio aborda el trabajo realizado por mujeres en plataformas de venta de contenidos por suscripción y webcamming, con el objetivo general de analizar la actividad del trabajo sexual plataformizado de mujeres, y con los objetivos específicos de: a) Caracterizar la actividad profesional en el contexto del trabajo sexual plataformizado, b) Caracterizar el perfil de las trabajadoras participantes en el estudio, c) Analizar la construcción de la identidad de las trabajadoras en el trabajo sexual plataformizado, d) Identificar cómo la negatividad psicosocial interfiere en la vida de las trabajadoras, e) Investigar la existencia de un colectivo de trabajadoras. El marco teórico-metodológico utilizado fue la psicosociología del trabajo, articulándose, cuando fue necesario, con discusiones sobre el trabajo de plataformas y con discusiones sobre género, raza y clase a partir de Heleith Saffioti. La metodología elegida fue cualitativa, el estudio contó con 13 participantes (12 cis / 1 trans), la recolección de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas y un formulario con preguntas sociodemográficas, ambas de forma remota. El análisis de datos se basó en el análisis de contenido temático de Minayo. La disertación se divide en tres artículos. El primero es una revisión de la literatura sobre trabajo sexual en la que se utilizó el software iramuteq, identificando el estigma como un tema central en la vida de estas trabajadoras y que tienen diferentes perspectivas sobre su trabajo. El segundo aborda la caracterización y análisis del trabajo desarrollada en las plataformas. Se vio que hay aspectos en común con otros trabajos plataformizados, pero, como el trabajo sexual está estigmatizado, implica otras vulnerabilidades, ya que la discusión y las agendas de las trabajadoras rara vez son consideradas y publicitadas. El último artículo tiene como objetivo analizar la construcción de la identidad de las trabajadoras del trabajo sexual plataformizado. Se observó que los participantes que estaban cerca de las ideas de los activistas del trabajo sexual tenían una identidad profesional más fuerte. Además, para algunas de ellas, el trabajo sexual parece ser un trabajo para toda la vida, en el que pretenden construir una carrera.

Palabras-clave: Trabajo sexual; plataformas digitales; psicosociología del trabajo; venta de contenidos; webcamming.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu anjo da guarda pela proteção. À minha mãe pelo apoio e incentivo.

Agradeço à Carolina e Kaliane que me acolheram na cidade, me escolhendo para dividir apartamento e permitindo a construção de uma amizade. Definitivamente foi o melhor lugar, com as melhores pessoas.

Agradeço à minha amiga Marília que está comigo há mais de 20 anos, me apoiando, aconselhando e ouvindo e a minha amiga Yasmin, pude me reaproximar já que agora moramos na mesma cidade. Agradeço ao grupo do mestrado que me acolheu, Dhara, Glaydson, Lucas e Melyssa e me incentivaram a insistir na temática da dissertação. Lucas, meu companheiro de orientadora, que primeiro me mostrou a UFPB e se disponibilizou para me ajudar no que eu precisasse. Melyssa, que se tornou uma grande amiga para além dos muros da universidade e, de quebra, trouxe glaydson junto.

Agradeço à minha orientadora Professora Thaís O. Máximo por ter aceitado me orientar e ter topado o tema, mesmo sem me conhecer antes e sem saber como eu trabalhava. Nos momentos de angústia, em que pensei que não ia dar certo, sempre teve palavras de apoio e ideias extras caso fosse necessário. Agradeço à Dra. Fátima Pereira Alberto e Dra. Manuella Castelo Branco que contribuíram significativamente na construção dessa dissertação através da banca de qualificação e da defesa.

Agradeço às participantes da pesquisa por terem compartilhado suas histórias e perspectivas comigo, me permitindo conhecê-las e conhecer o trabalho sexual nas plataformas. A pesquisa não existiria sem elas.

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa de mestrado que possibilitou o desenvolvimento deste estudo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CÁPITULO 1 – Trabalho Sexual: Desafios, vivências e lutas Coletivas	17
Introdução	18
Método	21
Resultados e Discussão	24
Considerações finais	40
Referências	41
CÁPITULO 2 - Entre redes sociais digitais e plataformas: Transformações no trabalho sexual	48
Introdução	49
Método	52
Resultados e discussão	57
Considerações finais	68
Referências	69
CÁPITULO 3 - “Sim, eu sou puta”: Narrativas de mulheres no trabalho sexual em plataformas digitais	73
Introdução	74
Método	77
Resultados e discussão	80
Considerações finais	97
Referências	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

As noções de trabalho, segundo Lhuilier (2013), evoluíram e vão além da noção de emprego, mas permanece o entendimento de que não existe trabalho sem que haja uma mobilização de energia, mobilização essa direcionada a um objetivo. Entende-se que o trabalho apresenta um caráter duplo: está fundamentado nas relações entre homem e natureza e dá suporte a algumas relações sociais. O aspecto social se refere ao fato de que “o trabalho é realizado com os outros, para os outros, ele é subordinado a um objetivo coletivo, organizado, coordenado, canalizado e gerido (p.483)”.

Por seu caráter coletivo, o trabalho implica na confrontação com o real, nesse caso, o real é aquilo que acontece de fato na realidade, em contraste com aquilo que foi confabulado e planejado de ser feito. É pela ação que percebemos a diferença entre o planejado e o possível de executar. É nesse ponto que podemos ver o trabalho como possibilidade de criar e inventar, que suscita no(a) trabalhador(a) desenvolvimento de si mesmo. O aspecto social do trabalho também implica no sentido que ele vai ter no âmbito social e no pessoal, e como esses dois se interrelacionam, por isso, o sentido nunca é o mesmo para todos(as), ainda que se esteja falando de um mesmo trabalho (Lhuilier, 2013).

Ao escolher uma atividade de trabalho a ser estudada precisa-se definir um campo teórico para analisá-la, no caso deste estudo, optou-se pela Psicossociologia do trabalho. O desenvolvimento da psicossociologia do trabalho está atrelado à psicossociologia, cujos objetos de estudo são os mediadores entre sujeitos e sociedade. Ela se constituiu a partir dos recursos teóricos da psicanálise, ciências sociais, psicopatologia do trabalho, psicologia do trabalho, dentre outras áreas. O trabalho é visto como atividade humana que possui um propósito e que é guiada pela intenção do trabalhador(a) pela realidade que o circunda, pelas expectativas e necessidades de terceiros, sejam eles os prescritores, colaboradores ou clientes do trabalho realizado (Lhuilier, 2014).

Considera-se que o trabalho não se restringe às atividades humanas isoladas; ele representa a interação do ser humano com seu ambiente e engloba suas questões motivacionais e existenciais. Trabalhar implica enfrentar os limites e as exigências da realidade e, para lidar com isso, precisa-se desenvolver recursos simbólicos. O limite pode estar no nível do possível ou do impossível ou no nível das regras que sustentam as relações sociais humanas. Em ambos os casos o sofrimento pode aparecer, e nesse ponto a criatividade surge como alternativa para lidar com as limitações e se prevenir dele, sendo ela um sinal de boa vida e boa saúde e a sua falta pode ser vista como um agente adoecedor (Lhuilier, 2014).

Uma discussão importante que a psicossociologia traz é a de “trabalho sujo” ou “trabalho do negativo” (Lhuilier, 2009). O termo trabalho sujo foi cunhado por Hughes (1964) sendo usado para falar dos trabalhos que são fisicamente sujos, que simbolizam algo degradante, ou que ferem as concepções morais da sociedade. Segundo Lhuilier (2009), os trabalhos são julgados a partir de termos de valor e de prestígio e de diferenciações com os outros ofícios, assim, se cria um processo de hierarquização moral das atividades em que o negativo deve ser expulso ou purificado. Cabe destacar que esses trabalhos são tidos como sujos pela sociedade, e que nem sempre é algo que os(as) próprios(as) trabalhadores(as) identificam em relação a sua atividade.

O foco deste estudo é um trabalho que socialmente é considerado “sujo”, o trabalho sexual. É comum que ele seja associado apenas à prostituição, mas nessa pesquisa será discutida a modalidade do trabalho sexual mediado por plataformas digitais. Utiliza-se a expressão “trabalho sexual”, por sua relação com a luta pelo reconhecimento de que esse é sim uma forma de trabalho possível e que essas trabalhadoras merecem a garantia de direitos básicos e condições de trabalho decentes (Kempadoo, 1998). Prada (2018) considera que a expressão “trabalhadora sexual” é importante politicamente para demarcar que o trabalho

sexual é de fato um trabalho, além disso, pontua que esse termo permite a inclusão de outros tipos de trabalho que não só a prostituição.

A prostituição, a saber, ainda de acordo com Prada (2018), “consiste no ato, por pessoas adultas e em condições de consentir, de trocar sexo por dinheiro ou outros bens, de modo regular ou ocasional (p.50)”. A partir do termo trabalho sexual, outras modalidades podem ser incluídas como: atriz/ator pornô (na relação ambos estão encenando, pode ter a presença de um diretor, é filmado e editado), camgirl (relação que acontece de forma virtual e síncrona), stripper (envolve uma dança sensual, onde as peças de roupa são retiradas mas não necessariamente acontece uma relação sexual), dominador(a) profissional (relação onde existe um(a) dominador(a) e um(a) submisso(a), esses papéis podem se estender para além da relação sexual), criador(a) de conteúdo erótico virtual (produção de fotos, vídeos e áudios com teor sexual e a comercialização destes) e trabalhadores(as) de telessexo (serviço erótico por telefone).

Blanchette e da Silva (2018) analisam os termos utilizados para se referir sobre a troca de serviços sexuais por dinheiro, discorrem que “whore” (o correspondente em inglês de puta) e puta possuem significados etimológicos que remetem à independência feminina, e é justamente isso que o torna ofensivo, já que não seguir as normas patriarcais é algo indesejado, assim ser chamada de puta pode ser tido como uma “ofensa madre (Prada, 2018, p.25)”. Entretanto, puta é um termo que tem sido utilizado pelas trabalhadoras sexuais para se identificarem e é comum ouvi-lo nos locais de reunião das mesmas, além disso, esse auto-reconhecimento é incentivado pelas ativistas, “We are never going to get the common person to call us anything else. To try is a waste of time and resources. What we need to ask is ‘Why is it a bad thing to be a puta?’ (Trecho da entrevista de Gabriela Leite aos autores, p. 558, Blanchette & da Silva, 2018).

Para discutir as questões de um trabalho exercido majoritariamente por mulheres, é necessário levar em consideração a divisão sociossexual e racial da sociedade. Segundo Santos e Diotto (2024), a sociedade é dividida em esfera pública, onde estão as posições de maior prestígio e em esfera privada, que é desvalorizada e voltada ao privado e ao doméstico. A primeira é representada pelo masculino e pelo poder, a segunda pelo feminino e pela submissão. Assim, às mulheres cabem as funções domésticas, de cuidado e maternidade e aos homens os melhores trabalhos, maior remuneração e poder social.

Essa desvalorização da função da mulher extrapolou o ambiente privado e faz parte do tratamento que lhe é dado no setor público, desse modo, é comum que lhes sejam dadas atividades de trabalho que envolvem cuidado e, geralmente, são funções mais precarizadas. As questões de raça também não podem ser ignoradas uma vez que o racismo é uma forma de opressão estrutural que interfere em todas as esferas da sociedade fazendo com que mulheres negras lidem com mais barreiras em suas jornadas (Santos & Diotto, 2024).

Além desses pontos, Saffioti (1987) aponta que a divisão da população em classes sociais e suas desigualdades representa outra fonte de dominação, junto das diferenças sociais e étnicas. Para a autora (2015), não há como colocar em dois lados diferentes a dominação patriarcal da exploração capitalista, eles não existem de forma separada, não são dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Por isso, ela criou a noção de “metáfora do nó” para dar conta da fusão patriarcado-racismo-capitalismo que consiste no entendimento de que: Gênero, raça/etnicidade e as classes sociais são eixos estruturantes da sociedade, dependendo das condições históricas, uma dessas faces pode estar em foco, enquanto as outras, ainda que presentes, ficam desfocadas. O nó formado por essas três contradições não é sobre somar racismo + gênero + classe social, mas sim sobre perceber a nova e heterogênea realidade que se forma a partir dessa imbricação.

Dados do DIEESE (2024) sobre as mulheres no mercado de trabalho entre 2022 e 2023 mostram que, entre homens e mulheres existe um maior número de mulheres desocupadas e, dentre elas, o maior número é de mulheres negras. Em relação ao salário, o cenário é o mesmo, mulheres negras recebem menos que mulheres brancas e homens. Nos trabalhos informais a maioria também foi de mulheres negras. Estes dados espelham a metáfora do nó citada anteriormente. Em 1987 Saffiotti pontuou que na sociedade brasileira a última posição ocupada ficaria para as mulheres negras, percebe-se que isso permanece uma realidade. A divisão sicossexual e racial é determinante para a perpetuação do cenário de desigualdade entre os indivíduos, as mulheres continuam sendo sub-remuneradas, precarizadas e ocupando postos de trabalho mais precários (Nogueira & Passos, 2020).

Dentro dessa realidade, observa-se um movimento no mercado de trabalho ampliar cada vez mais as formas de fragilização dos vínculos empregatícios e diminuir os direitos dos(as) trabalhadores(as) e, dentro desse processo, o trabalho sexual, que ainda não é regulamentado no Brasil, se inseriu nas plataformas digitais. Segundo Filgueiras e Antunes (2020), elas são empresas que atuam através de aplicativos ou plataformas, utilizando estratégias de contratação e gestão do trabalho que retiram direitos trabalhistas básicos como o salário base, dentre muitos outros. As plataformas digitais são várias e podem comercializar diversos serviços, ainda que não utilizem os mesmos processos, se assemelham por usar as ferramentas digitais e a internet para gerir o trabalho e as produções.

Atualmente muitos serviços podem ser efetuados presencialmente ou eletronicamente, e ainda de ambas as formas, a depender da etapa do processo (Filgueiras & Antunes, 2020). Algumas características típicas delas, são:

- 1) contatos on-line entre produtores e consumidores; trabalhadores e empresas; 2) uso de aplicativos ou plataformas para acesso em computador ou instrumentos móveis de comunicação; 3) uso abrangente de dados digitais para a organização e gestão dessas

atividades; 4) relações estabelecidas por “demanda” (ou seja, que resultam de arranjos por cada produto, desprovidos de segurança jurídica capaz de garantir sua continuidade) (Filgueiras & Antunes, 2020, p.31).

Dentro das plataformas, o trabalho sexual pode ir desde sites/aplicativos com catálogos e contatos para agendar um encontro presencial com alguma trabalhadora, sites de interação via webcam, sites/aplicativos para compra de assinaturas de conteúdo erótico mais amplo e diversificado ou nichado - por exemplo, existem aplicativos específicos para quem tem fetiche em pés. A quantidade e diversidade das plataformas e aplicativos referentes ao mercado do sexo é imensa. As plataformas online de venda de conteúdo erótico conquistaram uma visibilidade notória especialmente após a pandemia do COVID-19. No cenário brasileiro, já virou mote de músicas, memes (piadas/brincadeiras difundidas online) sendo apresentada como uma opção de trabalho rentável, fácil e divertida.

Nesse estudo, ater-se-á a plataformas de venda de conteúdo erótico online por assinatura mensal e plataformas de webcamming. A proposta das primeiras é que a criadora de conteúdo compartilhe fotos e vídeos com seus seguidores, que pagam uma taxa mensal para ter acesso a esses conteúdos de forma exclusiva para assinantes. Além da taxa, os assinantes podem pedir conteúdos especiais, enviar mensagens e dar presentes/gorjetas virtuais. As segundas são plataformas de transmissão ao vivo, conhecidas como webcamming, onde as trabalhadoras realizam chamadas de vídeo com os clientes, geralmente o pagamento é feito de acordo com os minutos passados dentro da chamada.

O trabalho sexual em qualquer modalidade é um trabalho estigmatizado, o que dificulta o acesso às trabalhadoras e a discussão desse fazer junto à comunidade. Entende-se o estigma a partir da discussão de Goffman (2004) de que a sociedade separa as pessoas em categorias a partir dos atributos que são considerados comuns para os(as) pertencentes dessa categoria. Ao se deparar com um atributo estranho, que torna uma pessoa diferente dos(as) demais, e é

incongruente com o estereótipo criado anteriormente, costuma-se diminuí-la e desacreditá-la. Essa característica que diferencia é o Estigma, que também pode ser considerado um defeito e desvantagem. É importante ressaltar que um atributo que é estigmatizante para uma pessoa pode não ser para outra, pois envolve a linguagem de relações estabelecidas, o atributo por si só não significa desonra. O autor explica: “O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro (Goffman, 2004, p. 117).”

A partir do exposto e, tendo em vista que os estudos que discutem a realidade do trabalho sexual em plataformas ainda são incipientes no âmbito da psicologia, essa pesquisa justifica-se por considerar importante investigar o funcionamento desse trabalho, bem como conhecer a história dessas trabalhadoras, a partir de um olhar da psicologia, nesse caso, da psicossociologia do trabalho, das discussões sobre plataformização do trabalho e da noção de metáfora do nó de Helelith Saffioti. A realização dessa pesquisa partiu da inquietação da autora ao se deparar com os discursos nas redes sociais digitais de que o trabalho sexual em plataformas seriam a melhor possibilidade para os(as) jovens, considerando esforço x dinheiro. Assim, considera-se esse estudo importante por dar visibilidade acadêmica a uma pauta relevante socialmente através do diálogo com as próprias trabalhadoras para entender no que consiste de fato a sua atividade, para além do que é veiculado de forma simplista.

Partindo do exposto, o objetivo geral deste estudo é analisar o trabalho sexual plataformizado de mulheres. Os objetivos específicos são: a) Caracterizar a atividade profissional no contexto do trabalho sexual plataformizado, b) Caracterizar o perfil das trabalhadoras participantes do estudo, c) Analisar a construção da identidade das trabalhadoras no trabalho sexual plataformizado, d) Identificar como o negativo psicossocial interfere na vida das trabalhadoras, e) Investigar a existência de um coletivo de trabalhadoras.

Optou-se por organizar esta dissertação em três artigos. O primeiro é um artigo teórico de revisão da literatura sobre o trabalho sexual de mulheres, e os outros dois, artigos empíricos. Os resultados da revisão mostraram um maior número de artigos sobre a prostituição, indicando que existe uma lacuna de produções científicas sobre o trabalho sexual no meio digital. Outro aspecto foi a presença da discussão sobre o estigma que envolve esse trabalho e como ele interfere na vida dessas mulheres. Além disso, os autores mostraram os diferentes discursos e sentidos que o trabalho sexual tem para elas, não sendo único e nem negativo para todas.

O primeiro artigo empírico analisou o trabalho sexual dentro das plataformas digitais a partir da experiência das trabalhadoras. Foi identificado que as plataformas operam de formas diferentes, em relação ao serviço oferecido, mas, a relação de trabalho estabelecida entre ela e a trabalhadora, em ambas, configura-se como autônoma. Existem semelhanças com outros trabalhos plataformizados, entretanto, trabalhadoras sexuais passam por outros tipos de vulnerabilidades mais voltadas à segurança dos dados e imagem. O estigma também aparece no relato das participantes.

O último artigo tem como objetivo analisar a construção da identidade das trabalhadoras no trabalho sexual plataformizado. Assim, caracteriza-se as participantes do estudo e discute-se sobre os coletivos invisíveis que elas constroem nessa atividade. É possível dizer que as trabalhadoras que possuem algum tipo de contato com as ideias das ativistas do trabalho sexual, quer seja através das redes sociais digitais, de livros ou outras fontes, possuem uma identidade profissional mais fortalecida. Independente disso, o local de negativo psicossocial que o trabalho sexual as deixa, faz com que muitas delas não exponham abertamente sua profissão, sendo essa abertura um processo mais gradual que automático.

CAPÍTULO 1

Mulheres e trabalho sexual: Uma revisão da produção científica

Resumo: Trata-se de um estudo de revisão da literatura com o objetivo de identificar como a academia está discutindo a temática do trabalho sexual de mulheres cis. Utilizou-se os descritores: “trabalho sexual”, “prostituição” e “mercado do sexo”. Acessou-se as bases de dados Scielo, BVSsalud, periódicos CAPES e Scopus, tendo como limite de tempo os últimos 5 anos. Foram incluídos ao final 43 artigos escritos em português. Realizou-se uma análise científica e uma metanálise qualitativa, além disso, os textos foram submetidos a uma análise textual com auxílio do software Iramuteq. A partir dele utilizou-se o recurso da Classificação Hierárquica Descendente que resultou em cinco classes. Essas classes foram analisadas com o aporte teórico da psicossociologia do trabalho. Os resultados mostraram que os(as) pesquisadores(as) utilizaram a ciência para tentar desestigmatizar o trabalho sexual, apresentando diferentes relatos a partir das vivências das trabalhadoras. Ainda que seja um trabalho estigmatizado e não regulamentado, as profissionais trocam experiências e conhecimentos como forma de educação informal e se organizam em coletivos para lutar por direitos, compartilhar saberes e desmistificar a profissão.

Palavras-chave: Trabalho sexual; Mercados do sexo; Prostituição; Psicossociologia do trabalho.

Women and sex work: a review of scientific literature

Abstract: This is a literature review study aimed at identifying how academia is discussing the issue of cisgender women's sex work. The descriptors used were: “sex work”, “prostitution” and “sex market”. The databases Scielo, BVSsalud, CAPES and Scopus journals were accessed, with a time limit of the last 5 years. In the end, 43 articles written in Portuguese were included. A scientometric analysis and a qualitative meta-analysis were performed, in addition, the texts were subjected to a textual analysis with the aid of the Iramuteq software. From this, the Descending Hierarchical Classification resource was used, resulting in five classes. These classes were analyzed with the theoretical support of the psychosociology of work. The results showed that the researchers used science to try to destigmatize sex work, presenting different reports based on the experiences of the workers. Even though it is a stigmatized and unregulated job, professionals exchange experiences and knowledge as a form of informal education and organize themselves into collectives to fight for rights, share knowledge and demystify the profession.

Keywords: Sex work; Sex markets; Prostitution; Psychosociology of work.

Mujeres y trabajo sexual: Una revisión de la literatura científica

Resumen: Se trata de un estudio de revisión de literatura con el objetivo de identificar cómo la academia está discutiendo el tema del trabajo sexual de las mujeres cis. Los descriptores utilizados fueron: “trabajo sexual”, “prostitución” y “mercado sexual”. Se accedió a las bases de datos Scielo, BVSsalud, CAPES y Scopus, teniendo como límite temporal los últimos 5 años. Al final se incluyeron 43 artículos escritos en portugués. Se realizó un análisis cienciométrico y un metaanálisis cualitativo, además, los textos fueron sometidos a un análisis textual con la ayuda del software Iramuteq. A partir de allí se utilizó el recurso de Clasificación Jerárquica Descendente, obteniendo como resultado cinco clases. Estas clases fueron

analizadas con el sustento teórico de la psicosociología del trabajo. Los resultados mostraron que los investigadores utilizaron la ciencia para intentar desestigmatizar el trabajo sexual, presentando diferentes relatos basados en las experiencias de las trabajadoras. Aunque es un trabajo estigmatizado y no regulado, los profesionales intercambian experiencias y conocimientos como una forma de educación informal y se organizan en colectivos para luchar por derechos, compartir conocimientos y desmitificar la profesión.

Palabras clave: Trabajo sexual; Mercados del sexo; Prostitución; Psicosociología del trabajo.

Introdução

Este artigo tem por objetivo identificar como a academia está discutindo a temática do trabalho sexual de mulheres cis. Para isso, fez-se uma revisão da literatura, discutindo os achados a partir da Psicossociologia do trabalho. A psicossociologia do trabalho despontou na década de 1930 e procura articular o campo social, as condutas humanas e a vida psíquica. Possui como objetos o grupo, a organização e a instituição. Possui uma perspectiva pluridisciplinar com contribuições da psicologia, psicanálise e das ciências sociais. O ponto principal é o entendimento de que as atividades humanas são uma produção de si e do mundo e essas ações constroem e transformam o mundo comum. Dessa forma, o trabalho é visto como uma atividade e como uma instituição que possui funções sociais (é formada pela sociedade e pela cultura) e psíquicas (mobiliza investimentos, representações e valores) (Lhuilier, 2014).

Ao pensar sobre o tópico trabalho, entendemos que ele não existe sem o dispêndio de energia em direção a um objetivo. Apesar de estar fundamentado na relação entre homem e natureza, o trabalho também possui a qualidade de ser social, sendo realizado com e para o outro, tornando-se suporte de relações sociais (Lhuilier, 2013). O trabalho convoca o sujeito a envolver suas capacidades, motivações e desejos na realização da atividade, sendo também espaço de criação e desenvolvimento pessoal. Além disso, o outro possui grande importância no trabalho, pois ele pode aparecer “como destinatário, como coautor, como prescriptor” (p.486).

A pessoa que trabalha pode acessar um espaço social através desse contato com o outro, à medida que se engaja na execução das obrigações sociais, podendo receber retribuições materiais e simbólicas pelo serviço prestado (Lhuilier, 2013). Além disso, não se pode compreender a pessoa como um ser vazio que irá apenas absorver as informações novas e se adaptar ao contexto laboral. O trabalho convoca o sujeito a envolver suas capacidades, motivações e desejos na realização da atividade, sendo também espaço de criação e desenvolvimento pessoal (Lhuilier, 2013).

Por este caráter social do trabalho, ele sofre influência dos eixos estruturantes da sociedade, que são gênero, raça/etnia e as classes sociais. Através da atribuição de papéis, a sociedade constitui a identidade social tanto do homem quanto da mulher. Usando a categoria de sexo, a sociedade delimita o que pode um homem e uma mulher fazer e onde eles podem atuar. É feito um investimento para que esse processo seja naturalizado, por exemplo, se considera natural que a mulher cuide dos afazeres domésticos da mesma forma que é natural sua capacidade de engravidar e parir. Entretanto, já se sabe que diferentes culturas constroem papéis diferentes para os diferentes sexos, fato que por si só enfraquece essa ideia de “natural” (Saffioti, 1987).

A socialização da mulher é prioritariamente voltada para os trabalhos do lar, sendo ela responsável pela manutenção da força de trabalho para o capital, e assim, serve ao sistema capitalista, ainda que permaneça fora dele. A educação para os papéis profissionais acontece de forma secundária, representando uma desvantagem em relação ao homem (Saffioti, 1984). Ainda assim, por necessidade desse próprio sistema, a mulher foi se inserindo no mercado formal e informal de trabalho e hoje, no Brasil, estão presentes na agropecuária, comércio, indústria, educação e saúde, dentre outros, entretanto, o rendimento das mulheres continua sendo menor em média 21% que o dos homens (Departamento Intersindical de Estatística e estudos socioeconômicos, 2023).

O foco desse estudo é o trabalho sexual, o termo é definido por Bindman e Doezeema (1997) da seguinte forma: trabalho sexual é uma negociação de prestação de serviços sexuais que pode ou não ter a mediação de uma terceira pessoa. Geralmente esses serviços estão disponíveis em um lugar reconhecido para esse fim e os preços seguem as pressões de oferta e demanda. Dentro dessa definição está incluída a ideia de que é possível rejeitar clientes ou a realização de atos específicos. Caso a trabalhadora aceitasse indiscriminadamente tudo que é proposto seria um indicativo de presença de coerção. No caso brasileiro o trabalho sexual não é regulamentado, mas a Classificação Brasileira de Ocupações reconhece, a partir do código CBO nº 5198-05, a ocupação de profissional do sexo. Apesar disso, já existe um movimento político que busca essa regulamentação (Caminhas, 2020).

Prada (2018) argumenta que a expressão "trabalhadora sexual" tem um significado político importante, pois afirma que o trabalho sexual é, de fato, uma forma de trabalho. Ela também destaca que esse termo possibilita a inclusão de outras formas de trabalho, além da prostituição, que é a mais conhecida e, muitas vezes, vista como a única forma de trabalho sexual. Dentro do contexto desse trabalho, existem outras modalidades como: atriz/ator pornô (as pessoas desempenham papéis encenados, com a presença ou não de um diretor, sendo filmado e editado), camgirl (relações virtuais e síncronas), criador(a) de conteúdo erótico virtual (produção e comercialização de fotos, vídeos e áudios com conteúdo sexual) etc.

O trabalho sexual é rodeado de estigmas, a saber, o estigma é, segundo Goffman (2004), como a sociedade separa as pessoas em categorias a partir de suas características, o estigma surge quando existe um traço que torna a pessoa diferente das outras. Por esse traço ser incongruente com o estereótipo que foi criado a pessoa é desacreditada e diminuída, sendo o traço considerado um defeito e uma desvantagem. O autor reforça que o estigma é uma perspectiva gerada dentro de uma situação social, não é algo fixo, ou seja, o traço que estigmatiza uma pessoa, para um pode não ser estigmatizante para outra.

Além do estigma, ele é considerado por muitos um “trabalho sujo”, segundo Hughes (1964), trabalho sujo é um termo usado para designar trabalhos que são nojentos fisicamente, ou que simbolizam algo degradante ou que ferem a dignidade de alguém, ou um trabalho que seja contrário às concepções morais. Para o autor, é difícil não encontrar parcelas de trabalho sujo em todas as ocupações, mas é notável que algumas possuem mais “trabalho sujo” que outras. Para Ashforth e Kreiner (1999), o trabalho sujo diz mais sobre a repulsa que as pessoas sentem dele do que as especificidades do trabalho em si. Ainda segundo os autores, o trabalho das prostitutas se enquadraria nas categorias trabalho sujo físico e moral.

Partindo do exposto, entende-se que uma revisão de literatura possibilita a análise da produção científica sobre determinadas temáticas e com isso identificar como a academia está discutindo e repassando o conhecimento. No caso deste estudo, por se tratar de um tema envolto em estigmas, é crucial identificar se as produções estão contribuindo para quebrar essas características ou para reforçá-las. Pensando nos encadeamentos entre o trabalho e as relações/espaços sociais, optamos por fazer uma revisão de literatura das produções científicas em língua portuguesa. Buscou-se responder as seguintes perguntas: quais as características dos estudos científicos que versam sobre o trabalho sexual de mulheres? e, como a categoria trabalho é abordada nos estudos selecionados?

Método

Para a realização deste estudo, foram utilizados os descritores “trabalho sexual”, “prostituição” e “mercado do sexo”. A escolha desses termos se justifica pelo fato de serem amplamente empregados em pesquisas sobre a temática do trabalho sexual, que é o foco do estudo. Os descritores foram inseridos no campo assunto, colocando como opção que os descritores poderiam aparecer em qualquer campo nas bases SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online), Portal Periódicos CAPES e sem restrição de língua. Nas bases BVS salud e Scopus Preview, os mesmos descritores foram utilizados, mas com o adicional de

aparecerem apenas artigos em língua portuguesa e na LILACS, por não ter a opção de que os descritores poderiam aparecer em todos os campos, foi selecionada a de aparecer no título, resumo e assunto. Foi delimitado um período de artigos publicados entre 2019 (janeiro) a 2024 (março), por serem os últimos cinco anos de publicações. O levantamento dos dados desse estudo ocorreu em março de 2024.

As bases mostraram o total de resultados de 475 no portal da CAPES; 47 no SciELO; 55 na BVS salud; e 113 na Scopus. Após uma análise inicial dos resumos e títulos, foram baixados 74 artigos do portal da CAPES, 18 no SciELO, 12 na BVS Salud e 16 no Scopus. A próxima etapa foi a leitura dos artigos para confirmar a inclusão dos mesmos no estudo, dessa forma, restaram, 35 artigos do portal da CAPES; 14 do SciELO; 12 da BVS Salud; e, 13 do Scopus. Destes, foram identificados 31 artigos repetidos que foram excluídos. Ao final foram incluídos 43 artigos.

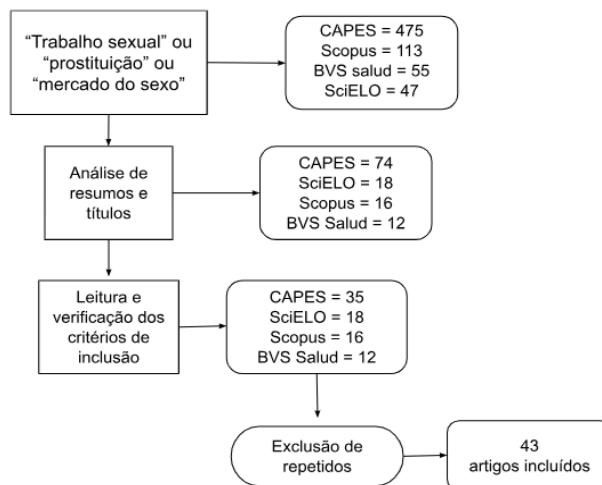
Foram incluídos no estudo artigos empíricos escritos em português que discutem questões referentes ao trabalho de trabalhadoras sexuais. Devido a amplitude da temática, bem como, da quantidade de artigos localizados, optou-se por incluir apenas artigos que tratassem da experiência de mulheres cis. Ainda que alguns dos trabalhos incluídos tenham na amostra participantes mulheres cis e trans e homens, foram excluídos artigos que tratassem exclusivamente da vivência de mulheres trans/travestis ou de homens. Foram excluídos artigos que traziam reflexões a partir de filmes, livros, novelas; revisões bibliográficas; artigos teóricos; artigos empíricos cuja temática não tocava o trabalho das participantes; dissertações; teses; artigos em outra língua que não fosse português; e artigos que analisavam a prostituição em períodos históricos específicos do passado.

Levando em consideração que a maioria dos artigos incluídos trata especificamente da modalidade de trabalho sexual conhecida como prostituição, serão utilizados ao longo do texto

tanto os termos “trabalho sexual” e “prostituição” quanto seus correspondentes, “trabalhadora sexual” e “prostituta”.

Figura 1

Diagrama da sequência para análise cientométrica



Para a análise cientométrica buscou-se primeiro mostrar as características dos(as) primeiros(as) autores(as) dos artigos: sexo, formação acadêmica e a localização por região das instituições as quais eram vinculados. Depois, foram caracterizados os artigos acessados, apontando: Qualis CAPES, área mãe da revista, frequência anual e quantidade de autores por artigo. Considera-se a análise cientométrica importante pois, ao tomar os artigos científicos como objetos de estudo, explora o funcionamento da produção e circulação do conhecimento (Santos & Kobashi, 2009). Dadas as características dos estudos selecionados, bem como a quantidade de artigos, resolveu-se realizar uma metanálise qualitativa.

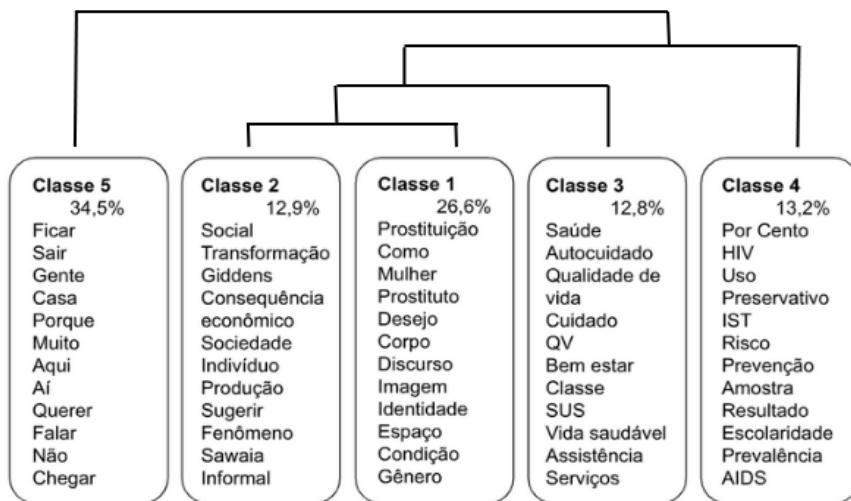
Segundo Bicudo (2014), integrar várias pesquisas independentes permite conhecer o que já foi produzido e, assim, constituir bases mais fortes para os estudos futuros. Ao integrá-las, tem-se uma nova interpretação dos resultados (Pinto, 2013). A metanálise qualitativa depreende-se de uma revisão sistemática que, diferente das outras revisões, demanda uma metodologia mais específica, com etapas definidas e técnicas padronizadas, visando sintetizar os estudos (Lopes & Fracolli, 2008).

Para efetuar a metanálise optou-se por utilizar o software de análise textual lexicográfico IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). Utilizou-se para composição do corpus de análise a seção de resultados e discussão dos artigos selecionados na fase de revisão. Quando essas seções não estavam delimitadas, seguiu-se a regra de usar o que estava descrito após o método.

O corpus delimitado foi submetido à análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que proporciona uma análise mais qualitativa dos dados. Esse método separa partes do texto e as associa a determinadas classes, mostrando em quais contextos estão as palavras mais significativas estatisticamente (Camargo & Justo, 2013).

Figura 2

Dendrograma do corpus



Resultados e discussão

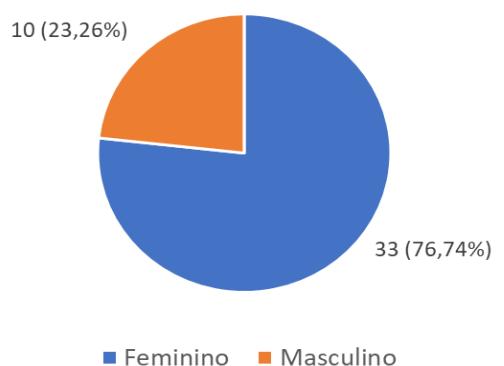
Os resultados são apresentados em duas partes: primeiro são demonstrados os dados cientométricos da revisão e posteriormente apresenta-se a metanálise qualitativa dos artigos selecionados.

Dados cientométricos

Referente aos dados sobre quem estuda e pesquisa essa temática, observa-se o predomínio de mulheres (76,74%), por isso, a partir de agora referir-se-á às autoras no feminino. Entre os 43 artigos, encontrou-se 40 diferentes autoras. Nessas publicações, se sobressai o pesquisador Pablo Luiz Santos Couto, que publicou 4 artigos sobre o trabalho sexual como primeiro autor, correspondendo a 9,52% das publicações. Outras duas pesquisadoras, que publicaram mais de um artigo como primeira autora, foram Lorena Caminhas (3) e Adriely Clarindo (2). O maior número de mulheres pesquisadoras pode estar justificado pelo fato de que as questões de gênero, sexualidade e trabalho atravessam diretamente a vida das mulheres.

Figura 3

Caracterização do sexo das(os) primeiras(os) autoras(es)



Com relação à área de formação acadêmica das primeiras autoras, observamos predomínio dos cursos de psicologia e enfermagem, cursos que formam em sua maioria profissionais mulheres, o que corrobora com o dado da caracterização de sexo. Apesar do predomínio do curso de psicologia e de se tratar de uma categoria de trabalho, poucos estudos discutem os dados a partir da psicologia do trabalho.

Figura 4

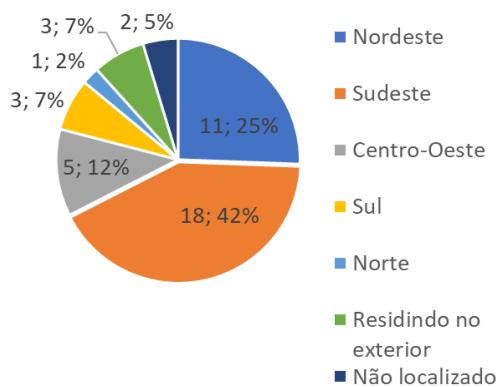
Área de formação acadêmica das(os) primeiras(os) autoras(es)



No que se refere à localização das instituições que as autoras estão afiliadas, a produção científica concentrou-se no Sudeste, ficando o Nordeste logo após. A maior parte das instituições brasileiras se encontram no Sudeste, seguido do Nordeste, a diferença entre elas é enorme (*Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações*, 2024). No relatório FORMICIT (MCTI, 2024) é possível ver em números a confirmação que a maior parte dos recursos são alocados no Sudeste, o que justifica o protagonismo da região em diferentes segmentos acadêmicos, no caso dessa revisão, a diferença entre regiões é pequena. Isso pode ser resultado do fato de que o Nordeste possui associações de prostitutas consolidadas como a APROS-PB (Associação de Prostitutas da Paraíba), APROS-BA (Associação Prostitutas da Bahia), APROS-RN (Associação de prostitutas do Rio grande do Norte), essas instituições geralmente mediam o contato dos(as) pesquisadores(as) com as trabalhadoras.

Figura 5

Região das instituições às quais as(os) autoras(es) são filiadas(os)



No que concerne aos estratos de qualificação do Qualis-periódico (Qualis CAPES, quadriênio 2017-2020), observa-se uma maior concentração de revistas A1. Em relação à área mãe dos periódicos, houve uma preponderância da psicologia, ainda assim, a maioria deles são marcados pela interdisciplinaridade das áreas do conhecimento.

Figura 6

Estratos de qualificação do Qualis-periódico (Qualis CAPES, quadriênio 2017-2020)

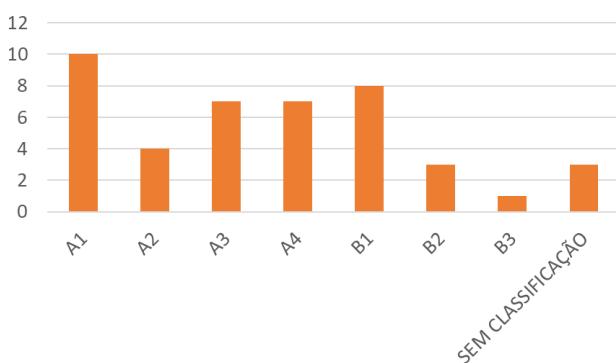
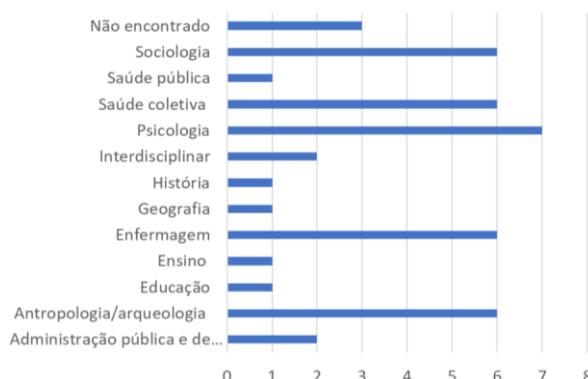


Figura 7

Área mãe dos periódicos

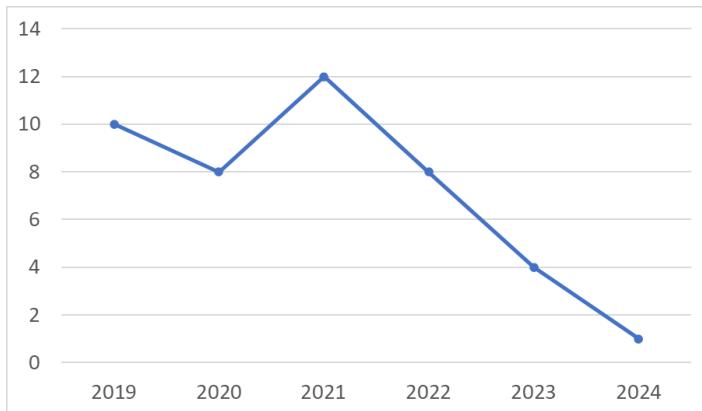


A figura 8 mostra a distribuição de publicações ao longo dos 5 anos, sendo possível observar que o ano de 2021 foi o ano com mais publicações, contando com artigos que provavelmente foram escritos em 2019. A diminuição de publicações nos outros anos pode estar relacionada à pandemia do COVID-19 que dificultou a realização de pesquisas empíricas, somado ao fato de que, nesse período, as mulheres enfrentaram uma sobrecarga de trabalho ao se deparar com o home-office, o trabalho doméstico e, para algumas, os cuidados com os(as)

filhos(as). Assim, diante dessa sobrecarga, a produtividade acadêmica feminina foi afetada (Alves, Santana, Nascimento & Silva, 2022).

Figura 8

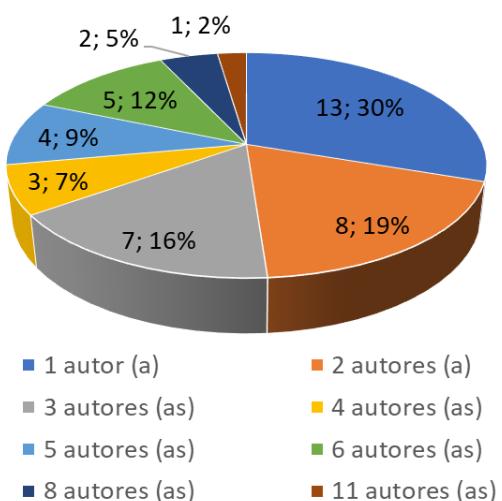
Distribuição de publicações ao longo dos 5 anos



Com relação à quantidade de autores(as) nos artigos, observa-se um maior percentual de publicações com apenas um(a) autor(a). Em dados apresentados por Meadows (1999), as publicações de autoria individual são maioria nas ciências sociais. Entretanto, o autor aponta que é uma tendência geral a colaboração entre pesquisadores (as) devido à riqueza advinda de juntar diferentes especializações em um estudo, propiciando uma integração e colaboração grupal.

Figura 9

Quantidade de autores por artigo



Metanálise qualitativa

Tabela 1

Características dos estudos selecionados

Características	F	%
Tipo		
Qualitativa	36	83,72%
Quantitativa	7	16,28%
Instrumento		
Entrevista e/ou outro instrumento qualitativo	19	44,19%
Entrevista	17	39,53%
Instrumento quantitativo e/ou teste de IST's	7	16,28%
Análise		
Interpretação livre	23	53,49%
Análise de conteúdo	6	13,96%
Análise estatística quantitativa	5	11,63%
Interpretação livre com uso de software	4	9,30%
Análise estatística quantitativa e clínica	2	4,66%
Análise de discurso	1	2,32%
Discurso do Sujeito Coletivo	1	2,32%
Análise interpretativa progressiva-regressiva e existencial	1	2,32%

Com a metanálise qualitativa, identificou-se que a maioria dos artigos usou a abordagem metodológica qualitativa, sendo a entrevista o método mais utilizado em conjunto com outros instrumentos qualitativos, como a observação. Esse é um dado importante que mostra que a comunidade científica está valorizando os aspectos subjetivos e não quantificáveis, já que o mais comum é justamente o contrário. Entretanto, por ser uma categoria de trabalho informal considera-se também importante os dados quantificáveis e em grande

quantidade sobre essa população, dados sociodemográficos que contemplem gênero, raça, escolaridade, espaço que trabalham (na rua, cabarés, agendamento online etc.). São dados importantes para entender como está funcionando o trabalho sexual no Brasil e quem está nele. No geral, os dados cíntométricos e a metanálise qualitativa mostraram o panorama sobre as publicações incluídas neste trabalho, ressaltando a importância da produção acadêmica feminina.

Classificação Hierárquica Descendente

O corpus foi constituído por 255 páginas e 43 textos formados pela seção de “resultados e discussão” dos artigos selecionados ou, para aqueles que não estavam separados por esses tópicos, utilizou-se como regra tudo que estava escrito abaixo do método. Apresentou 4152 segmentos de texto, 15.800 formas e 146.882 ocorrências. Dos segmentos do texto, 82,32% foram agrupados em cinco classes.

Observa-se que a classe 5 foi a com mais segmentos de texto (34,5%), bem como, foi a que ficou mais separada das demais classes, quase oposta a elas. A classe 1 (26,6%) e a classe 2 (12,8%) formaram um sub-corpora com segmentos muito próximos, isso se dá porque a classe 2 se volta aos aspectos teóricos e às questões sociais do trabalho, e a classe 1 tem como temática central os aspectos do trabalho sexual. Já as classes 4 (13,2%) e 3 (12,8%) versam sobre questões de saúde, mas em perspectivas diferentes, foi possível identificar que a classe 4 foi composta pelos estudos quantitativos.

Classe 1: “Ser mulher e prostituta”

Aborda os aspectos da prostituição como profissão e do ser mulher e prostituta. Os artigos selecionados versam sobre o trabalho sexual na rua, em casas de prostituição/cabarés mais populares ou de luxo e o trabalho de modo virtual. Os resultados mostram que as motivações para o ingresso na atividade são diversas, tendo relatos desde mulheres que estavam em situação de rua e acabaram entrando na prostituição quanto de mulheres que afirmam que

escolheram a prostituição dentre outras opções que estavam disponíveis. Como pode ser visto na fala da entrevistada de um dos artigos:

Como eu te digo? Foi uma iniciativa, uma opção minha estar na prostituição. Eu entrei nessa vida pra cuidar de mim da minha saúde e, pra mim, hoje, está cem por cento, ainda que na condição desse serviço encontramos muitos problemas, como a violência. (Couto et al., 2023a, p.5).

Outrossim, o desejo de sair da prostituição aparece em alguns relatos (Freitas, Ribeiro, Guimarães, Martins & Chinelato, 2020; Silva & Costa, 2019; Leal et al., 2019), mas também não é regra para todas (Figueiredo, 2021). Como salientou Csalog (2021, p.177):

As generalizações simplistas acarretam sempre perigos, e um deles é ver a mulher prostituta como uma vítima, sem vontades ou liberdade de escolha. Estas dimensões podem ser verdadeiras para algumas mulheres na indústria da prostituição, mas não o serão para todas.

Boa parte dessas mulheres possuem dependentes financeiros, sendo a renda destinada para sobrevivência delas e dos seus, e, para além disso, a renda da prostituição também aparece como meio para realizar procedimentos estéticos (Figueiredo, 2021) e adquirir bens e serviços, sendo uma possibilidade para ascender socialmente (Silva & Almeida, 2019), levando em consideração que as mulheres costumem receber salários menores que homens e ocupar posições de menor prestígio no mundo do trabalho. Apesar do retorno financeiro, a profissão traz consigo o estigma e a exclusão, por isso muitas delas não revelam o que fazem. O segredo pode trazer sentimentos de solidão e dificultar o acesso às associações de prostitutas.

Para a psicossociologia do trabalho (Lhuilier, 2014), aquilo que confere valor à atividade não é algo simples, vai além da satisfação dos desejos pessoais e da reprodução de modelos genéricos de profissão, estando ligado às controvérsias axiológicas que envolvem a divisão técnica, social, moral e psicológica do trabalho. Essas controvérsias inserem o ser

humano na sociedade, contribuindo para um trabalho cultural que pode ser interpretado a partir de nossas atividades diárias. No trabalho, a pessoa é impulsionada a transformar a realidade ao invés de apenas se adaptar a ela e a interagir com os outros para resistir e lidar com as adversidades em conjunto.

A atuação das associações de trabalhadoras sexuais age nesse sentido ao fortalecer o reconhecimento e a identidade profissional, atuando no combate à discriminação e buscando a regulamentação da profissão. Essa regulamentação dialoga com três noções de reconhecimento: uma mudança do status social de prostituta, que possibilitaria uma maior participação política; possibilitar que o trabalho e as pessoas envolvidas na profissão sejam vistos com estima; e, denunciar a precariedade do trabalho. Com isso, a intenção é que as trabalhadoras sejam inseridas no espaço social, sendo reconhecidas e respeitadas, sem sentir vergonha de sua atividade profissional (Caminhas, 2020). Apesar de todas as dificuldades, é possível ver uma parcela de participantes dos estudos analisados que possuem um bom autorreconhecimento enquanto trabalhadoras sexuais e uma autoestima fortalecida para lidar com o mundo. Sobre isso, segue a fala de uma trabalhadora: “E eu gosto! Descobri que sou boa nisso! (Lira, 2021, p.62)”.

A partir dessa classe é possível identificar que os estudos selecionados se direcionam contra a perpetuação dos estigmas da profissão, mostrando que não existe uma realidade única para todas as trabalhadoras assim como em qualquer outro trabalho. As peculiaridades da prostituição são mostradas a partir das falas das próprias trabalhadoras, não sendo baseadas no senso comum, o que mostra o comprometimento dessas produções com as participantes. A importância desse tipo de pesquisa reside também na possibilidade de a trabalhadora entender o seu trabalho como importante à medida que percebe que existem pessoas interessadas em saber como ele funciona e ouvi-la a respeito disso.

Classe 2: “Questões socioeconômicas e construção de saberes”

Traz os segmentos: social, transformação, sociedade, econômico, dentre outros que indicam que essa classe se refere às problemáticas sociais e econômicas, falando também sobre a educação, tanto a familiar quanto a construída pelas trabalhadoras sexuais. Além disso, é a classe que tem como segmento os autores citados em alguns textos, como Sawaia (1999, 2009) e Giddens (1991, 1993).

A educação recebida em casa pela família aparece como sendo insuficiente para lidar com as questões da vida, outras instituições, como a escola, e terceiros são citados como importantes em suas jornadas. Essa situação é mais acentuada quando o assunto é a sexualidade, até mesmo nas questões mais biológicas como a menstruação, como exemplificado pelo relato:

Minha mãe sempre foi assim: muito fechada com a gente! Tudo o que a gente descobriu sobre o corpo, a sexualidade da gente, minha mesmo, a gente descobria sozinha, porque a minha mãe nunca foi àquela mãe de chegar e explicar... Quando eu menstruei, eu menstruei na escola. Eu entrei em pânico! Para você ter uma noção, eu menstruei dentro da sala de aula. Eu gritava! Eu tinha 10 para 11 anos. Eu não sabia o que era aquilo! Eu entrei em pânico dentro da escola! Quem me explicou o que era aquilo foi a diretora da escola (Codognoto, 2022, p.110)

Já a educação para o trabalho acontece de forma informal com as colegas, nos cabarés ou nas associações. Segue um exemplo (Matos et al., 2020, p.101):

Quando eu vou para o quarto com o cliente, eu procuro desenvolver algumas ‘brincadeirinhas’, né: eu peço para tocar o pênis como uma forma de carinho. Eu vou passando a mão como se estivesse fazendo um mimo, tudo de forma bem discreta. Então, eu vou passando a mão nas partes íntimas do cara antes de iniciar o ato sexual. Essa estratégia quem me ensinou foi a Dandara. Ela disse que dessa forma podemos perceber se o cara tem alguma ferida, essas coisas. Diante da nossa profissão, esses

ensinamentos são bem importantes, ajuda a nos proteger, e isso é repassado entre as meninas através de conversas coloquiais no momento em que estamos no camarim trocando de roupa ou quando estamos aguardando os clientes, enfim: são coisas que só se aprende no cabaré.

Isso exemplifica que “trabalhar supõe servir-se do que está disponível no inventário de recursos, mas também do que se pode inventar (Lhuilier, 2014, p.13)”. Ainda que não exista uma educação formal para o trabalho, explicando e orientando as trabalhadoras sobre seu fazer, elas mesmas se organizam para trocar os conhecimentos obtidos no dia a dia umas com as outras. Isso enfatiza o caráter social do trabalho, ou seja, ele é realizado com os outros e para os outros (Lhuilier, 2013), mesmo que elas realizem seu trabalho majoritariamente de forma individual com os clientes, existem articulações coletivas entre as trabalhadoras. Pertencer a um coletivo implica em ser e fazer junto, onde cada um contribui com um objetivo comum, reorganizado o fazer a partir do real, ou seja, a partir do que efetivamente acontece e que extrapola as orientações preconcebidas (idem), nesse caso a construção de estratégias para a diminuição dos riscos no trabalho.

Classe 3: “Interlocuções entre dinheiro, autocuidado e saúde”

Relaciona-se com as estratégias de saúde e autocuidado de maneira mais geral. O autocuidado aparece como um meio para se ter qualidade de vida, estando dentro dele os cuidados com a saúde. O dinheiro aparece como condição necessária para se ter uma vida saudável e com qualidade. Ele possibilita a busca por cuidados, permite acessar os serviços privados de saúde e cuidar dos aspectos físicos e emocionais.

Para além disso, é o dinheiro que as permite sustentar suas famílias, quer sejam seus filhos(as)/maridos/esposas e/ou outros familiares, que também está incluso no caráter social do trabalho, que envolve o outro (Lhuilier, 2013). Nesse ponto, o autocuidado não aparece apenas

como ações de cuidado consigo mesma, mas como cuidar daqueles que dependem delas, como pode ser visto no trecho:

Às vezes a gente que é puta nem pensa em cuidar muito da gente mesma, está mais preocupada com o filho, com a família, em ganhar dinheiro para o que eles precisam.

Por isso, nosso autocuidado é o alívio e a felicidade de ver quem a gente ama bem e garantir a felicidade deles (Couto, Rodrigues, Boery, Correia & Vilela, 2023b, p.296).

Outro ponto referente a qualidade de vida é a religiosidade/espiritualidade como um dos fatores para o bem-estar e para o equilíbrio emocional (Leal et al., 2019; Couto et al., 2022a; Couto et al., 2023b). Alguns dos obstáculos para uma boa qualidade de vida citados são, primeiramente, o estigma da profissão que as impede de falar abertamente sobre seu fazer e impacta diretamente em sua autoestima; o risco de sofrer violência que pode ser maior ou menor a depender do local de trabalho; e, a distância de familiares/amigos caso seja preciso trabalhar em outra cidade.

Classe 4: “riscos e estratégias de prevenção”

É composta majoritariamente pelos artigos quantitativos, visto que um dos segmentos que mais aparece é o “por cento”, além dele têm-se os segmentos “ist, hiv, aids, preservativo, risco, prevenção”. As palavras abordam os riscos e adoecimentos relacionados ao trabalho, além das estratégias de prevenção utilizadas pelas trabalhadoras. Os estudos mostram que, no geral, há o conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis (IST) e sobre as formas de prevenção, estando esta mais associada ao uso do preservativo masculino.

Alguns artigos relatam o trabalho realizado pelas unidades básicas de saúde (UBS) como a educação sexual, informativos sobre infecções e prevenção e o acesso a anticoncepcionais e preservativos, como se pode ver no trecho dessa entrevista: “Aqui, os meninos do posto vêm, eles entregam camisinha, entregam anticoncepcional, é muito bom.

Eles marcam os exames para a gente ir fazer; e quando a gente vai, é bem atendida (Brito, Belém, Oliveira, Albuquerque & Quirino 2019, p.5)”.

A ponte entre UBS e trabalhadora também pode acontecer por intermédio das associações de trabalhadoras sexuais, inclusive as associações chegam a realizar as ações educativas por conta própria (Caminhas, 2020; Kolling, Oliveira & Merchan-Hamann, 2020). Entretanto, apesar do conhecimento sobre as doenças, algumas pesquisas (Braga, Szwarcwald, Damacena, 2020; Magalhães, Sousa, Gir, Galvão, Oliveira & Reis, 2019; Patrício et al., 2019) identificam uso inconstante do preservativo, ocasionado por vezes pela insistência dos clientes que chegam a oferecer mais dinheiro para ter a relação sexual desprotegida e, a depender da necessidade, a trabalhadora pode acabar consentindo. Além disso, o não uso também é citado em casos de clientes regulares, situações de falta do preservativo no momento do programa, e algumas trabalhadoras relatam que usam o preservativo com os clientes, mas não com seus cônjuges, o que também se configura como risco.

Nos casos de trabalhadoras vinculadas a casas de prostituição encontra-se relatos de ações de incentivo ao uso de preservativo e testagem de IST's, como pode ser identificado nos excertos: “O pagamento do quarto é feito no ato da solicitação, por um valor de 20 reais, quando o cliente recebe a chave do recinto, juntamente com dois preservativos (Matos, Vasconcelos & Sucupira, 2020, p.104).” E,

Assim como pude observar nas Casas onde pesquisei, existe uma limpeza quase obsessiva dos corpos nos vestiários femininos, além de inúmeros outros procedimentos regulamentados pelo próprio estabelecimento como testes ginecológicos semanais obrigatórios para as garotas de programa e exames de sangue mensais para detecção de HIV e outras infecções (Lopes, 2021, p.9).

As trabalhadoras são beneficiadas pelas políticas públicas voltadas ao atendimento integral da saúde da mulher, onde podem fazer consultas ginecológicas, pré-natais, tomar

vacinas etc. nas UBS e pelas políticas de prevenção e tratamento de IST/AIDS, onde podem conseguir preservativos de forma gratuita, ter acesso à informação, testes rápidos de IST's, ter acesso à Prep (Profilaxia Pré-Exposição ao HIV) e à PEP (Profilaxia Pós-Exposição ao HIV). Vale ressaltar que esses serviços são ofertados à população de forma geral, não sendo exclusivos das trabalhadoras sexuais.

Considera-se importante ressaltar que o movimento organizado de trabalhadoras sexuais participou da construção das políticas de prevenção a AIDS através de parceria com o Ministério da Saúde, um movimento que se iniciou de forma local e depois foi difundido nacionalmente por meio de parcerias com as lideranças locais dos movimentos, que culminou na formação de mais associações pelo Brasil (Guerra, 2019).

A partir dessa parceria foi construída a campanha “Sem vergonha garota, você tem profissão” (Brasil, 2002) que conta com cartilha para as profissionais do sexo, um manual para as(os) profissionais de saúde, adesivos e um spot para rádio. Ainda que se encontre alguns movimentos e materiais de disseminação de informações para reduzir o preconceito, o resultado dessa revisão mostra que ele ainda é presente no cotidiano das trabalhadoras. O medo de ser alvo dele pode impedir que as profissionais busquem diversos cuidados. Esse medo não é infundado porque elas ainda se deparam com pessoas que vão tratar o trabalho sexual como a causa de sintomas, oferecendo a mudança de trabalho como remédio/cura.

Classe 5: “Impactos da prostituição nas relações sociais”

Aborda os impactos da prostituição nas relações sociais e familiares, trazendo muitas citações ao termo “casa”. Os segmentos “ficar” e “sair” por vezes se referem a ficar/sair no/do trabalho. A casa aparece como suas próprias casas, a casa de seus familiares, casas em que trabalharam como empregada doméstica, por exemplo, e as casas de prostituição. A casa da família aparece, algumas vezes, como um lugar que se tinha desejo de sair. Já as casas de prostituição, aparecem como locais que possuem regras e, ainda que os mais “luxuosos”

tenham como benefícios as refeições, Clarindo, Zamboni e Martins (2021) mostra em sua pesquisa que os quartos dos alojamentos podem ser pequenos e superlotados e nem sempre higienizados. Além disso, como elas precisam pagar por eles, a falta de clientes pode as deixar em dívida com o(a) dono(a) da casa. A autora traz um relato em que algumas trabalhadoras se juntaram para pagar os custos da “fuga” de outras colegas.

A existência de regras também é identificada nesse trecho de Matos et al. (2020, p.104):

Destacamos que a casa de prostituição dispõe de um regimento... O conjunto de normas e condutas visa assegurar a integridade física das dançarinas profissionais do sexo, entre outras coisas, por exemplo: caso ocorra conflito, seja de cunho verbal ou físico, entre as artistas do sexo, essas receberão advertências e punições, o que pode levar a suspensões que variam de um ou mais dias, dependendo da gravidade do ocorrido.

A casa própria aparece como local de paz e afeto, muitas vezes conquistado com o dinheiro recebido do trabalho com a prostituição. Na pesquisa de Sousa e Junior (2019, p.63), as entrevistadas tiraram algumas fotos do seu cotidiano, em uma das imagens está a mesa de jantar da casa de uma delas, segue o relato sobre o que ela enxerga na foto:

Eu acho que é amor, acho ali tá tendo afeto, carinho, ali tá todo mundo reunido. O que passa nesse momento lá na minha casa é uma hora mais importante que eu tô vendendo todo mundo tá alimentando, se um tá alimentando bem, se não tá. Entendeu? Eu acho que tem afeto, amor ali, sentimento tudo de bom que tem ali.

Nesse ponto, a casa própria também pode ser local de trabalho, como no caso das camgirls que fazem o trabalho sexual via webcam em plataformas digitais. Essas trabalhadoras trazem o aspecto do trabalhar em casa como um dos pontos positivos do trabalho sexual online (Caminhas, 2023).

As relações familiares se mostram em relação ao medo que as mulheres têm de seus/suas filhos/as descobrirem a sua profissão, ademais, muitas mulheres precisam mudar de

cidade para poder trabalhar, o que as distancia de seus/suas filhos/as, ambas situações aparecem como causadoras de sofrimento (Brito et al., 2019). O medo de que seus filhos/as descubram é reflexo do preconceito e discriminação social que essas mulheres sofrem, ainda que a prostituição seja o meio encontrado para dar sustento e qualidade de vida aos seus familiares, e esse seja um dos grandes motivadores para a entrada e permanência no trabalho.

Isso está relacionado à escala de desejabilidade moral e psicológica das profissões, que vai dizer quais são dignas de prestígio ou não, além de atestar quais são fontes de prazer e quais são condenáveis (Lhuillier, 2014). A questão do estigma reflete a visão que a sociedade tem e dissemina sobre o trabalho sexual é bastante enviesada e tende ao preconceito e à discriminação. Talvez por consequência disso, mas não só por isso, algumas dessas mulheres acabam reproduzindo o estigma de que não é um trabalho digno/direito, que o dinheiro é sujo e que não é algo para se orgulhar (Góes, 2020). Algumas trabalhadoras procuram esconder sua profissão e se desassociar de qualquer coisa que remeta ao trabalho sexual, o que impacta na formação e fortalecimento de vínculos entre colegas de trabalho que partilham questões profissionais similares.

Isso pode afetar o sentido do trabalho, o qual é algo que não é dado, mas sim construído em um movimento conjunto dos desejos inconscientes e das validações sociais, entendendo-o como “produções sociais ancoradas na divisão técnica e social do trabalho (Lhuillier, 2014, p.15)”. Por isso, o sentido dentro de um trabalho tido como sujo se constitui de maneira distinta do usual. A valorização social não acontece de fato na realidade, devendo ser reelaborada junto aos coletivos de trabalhadores e associações. Nesses espaços o sentido do trabalho é reconstruído, possibilitando uma troca de validações entre os trabalhadores a partir de suas próprias realidades (Lhuillier, 2009).

Nesse ponto, reitera-se que os coletivos de trabalhadoras são a chave para o fortalecimento da identidade profissional e garantia de direitos. Quer sejam os coletivos bem

estruturados como as associações, quer sejam os pequenos coletivos formados pelas trabalhadoras para se ajudarem.

Considerações finais

Percebeu-se, a partir dos resultados dessa revisão, que a comunidade acadêmica se dedica a tratar a temática com a devida complexidade, visando quebrar os estereótipos da profissão e valorizando a perspectiva das trabalhadoras. Isso se mostra escolha da metodologia qualitativa que permite ouvir sobre e, em alguns casos, observar a atividade a partir de quem realmente a faz. Apesar da abrangência de tipos de trabalho sexual, os estudos voltam-se mais para atividade da prostituição que é a mais conhecida socialmente. Com base nas análises cientométrica e metanálise, identificou-se uma maioria de mulheres como primeiras autoras dos artigos, sendo a área das pesquisadoras mais concentrada na saúde e nas ciências humanas.

Além disso, os cursos de psicologia e enfermagem são cursos voltados para o trabalho de cuidado, onde é incentivada a escuta, comunicação e a postura de não-julgamento. Com isso, vê-se artigos contrários à perpetuação dos estigmas e preconceitos, e que mostram as diferentes realidades dentro desse trabalho que existem em qualquer outro. A utilização do Iramuteq com as classes geradas possibilitou atingir o objetivo da revisão que era identificar como a academia está discutindo a temática, a saber, enfoca nas questões de motivação para entrada na prostituição, nas questões sociais que envolvem as trabalhadoras e nos aspectos relacionados ao cuidado e adoecimento físico no trabalho. Entretanto, as classes geradas não contemplaram as discussões de raça e classe, o que pode indicar uma limitação dos artigos incluídos na análise e uma sugestão para novos estudos.

Optou-se pela escolha metodológica de realizar a revisão com os estudos que versavam sobre a realidade da trabalhadora cis, nesse ponto, indica-se para estudos futuros o enfoque em outros grupos como: pessoas não-binárias, pessoas trans e homens cis. Uma das limitações

desse estudo foi a delimitação do período de publicação dos artigos sendo dos últimos cinco anos.

Apesar de encontrar algumas pesquisas sobre a saúde dessas trabalhadoras, recomenda-se a realização de mais estudos na área da psicologia, que discutam questões de saúde mental, inclusive relacionando-as com os aspectos que envolvem esse trabalho. Em uma sociedade que reconhece apenas os adoecimentos físicos, é necessário sempre lembrar que não é possível separar o corpo físico do mental, e que as demandas e adversidades da vida afetam-nos inteiramente.

Referências

- Alves, L., Santana, L., Nascimento, S. & Silva, V. (2022). Produtividade Acadêmica Feminina durante a Pandemia de Covid-19: Uma Revisão Sistemática da Literatura. *Conjecturas*, 22(4), p.241-255.
- Araujo, A. M. (2008). Comentário. *Cadernos pagu*, 31, 89-100.
- <https://doi.org/10.1590/S0104-83332008000200005>
- Ashforth, B. E., Kreiner, G. E. (1999). "How Can You Do It?": Dirty Work and the Challenge of Constructing a Positive Identity. *The Academy of Management Review*, 24, 3, 413-434. <https://doi.org/10.2307/259134>
- Bicudo, M. A. V. (2014). Meta-análise: seu significado para a pesquisa qualitativa. REVEMAT: *Revista Eletrônica de Educação Matemática*, 9, 7-20.
- <https://doi.org/10.5007/1981-1322.2014v9nespp7>
- Bindman, Jo & Doezeema, Jo. (1997). Rethinking prostitution as sex work on the international agenda [on-line]. *Network of Sex Work Projects*.
- <http://www.walnet.org/csis/papers/redefining.html>

- Braga, L. P., Szwarcwald, C. L., Damacena, G. N. (2020). Caracterização de mulheres trabalhadoras do sexo em capitais brasileiras, 2016. *Epidemiol. Serv. Saude*, Brasília, 29(4), 1-13. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000400002>
- Brasil, Ministério da Saúde. (2002). Campanha Profissionais do Sexo: Sem vergonha, garota. Você tem profissão. [Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. https://antigo.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-profissionais-do-sexo-sem-vergonha-garota-voce-tem-profissao-2002](https://antigo.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-profissionais-do-sexo-sem-vergonha-garota-voce-tem-profissao-2002)
- Brasil, Ministério do Trabalho. (2015). Código Brasileiro de Ocupações nº 5198-05 (Profissionais do sexo). <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/5198-profissionais-do-sexo>
- Brito, N. S., Belém, J. M., Oliveira, T. M., Albuquerque, G. A., & Quirino, G. S. (2019). Cotidiano de trabalho e acesso aos serviços de saúde de mulheres profissionais do sexo. *Rev Rene*, 20, 1-8. <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20192033841>
- Brum, J. B., Cúnico, S. D., & Giongo, C. R. (2023). Vozes e algozes: ressonâncias e afetações no processo de pesquisa com prostitutas na perspectiva epistemológica feminista. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 13(2), 77-99. <https://revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia/article/view/921>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.
- Caminhas, L. (2020). A regulamentação da prostituição é uma demanda por justiça. *revista brasileira de ciências sociais*, 35(103), 1-18. <https://doi.org/10.1590/3510310/2020>
- Caminhas, L. (2023). Os mercados erótico-sexuais em plataformas digitais: o caso brasileiro. *Revista brasileira de ciências sociais*, 38(111), 1-18. <https://doi.org/10.1590/3811027/2023>

- Caude, J. (2022). Análise do trabalho de sexo (prostituição) praticado pelas mulheres na cidade municipal de lichinga e sua relação com HIV-SIDA. *Estudos de Sociologia*, 01(28), 38-70. <https://doi.org/10.51359/2317-5427.2022.255831>
- Cepellos, V. (2021). Feminização do envelhecimento: um fenômeno multifacetado muito além dos números. *RAE*, 61(2), 1-7. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210208>
- Clarindo, A., Zamboni, J., Martins, M. (2021). Entre fantasmas da puta e a regulamentação da prostituição: modos de vida e trabalhadoras sexuais. *Peridicus*, 16(3), 01-22. <https://doi.org/10.9771/peri.v3i16.35728>
- Codognoto, L. (2022). Cartografias Existenciais de Mulheres na Prostituição. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, 14 (29), 102-119. <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v14i29.14054>
- Couto, P. L., Ferreira, L. C., Gomes, A. M., Oliveira, D. C., Pereira, S. S., Vilela, A. B., Porcino, C., & Nogueira, V. P. (2022). Sentidos da qualidade de vida para trabalhadoras sexuais: estrutura das representações sociais. *Acta Paul Enferm.*, 35, 1-8. <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO009866>
- Couto, P. L. S., Neves, M. L. P., França, L. C. M., Gomes A. M. T., Pereira, S. S. C., Vilela, A. B. A., Silva, D. O., & Marques, S. C. (2023a) Qualidade vida na perspectiva de mulheres no exercício do trabalho sexual: estudo de representações sociais. *Rev Bras Enferm*, 76 (2), 1-8. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0169pt>
- Couto, P. L., Rodrigues, V. P., Boery, R. N., Correia, A. T., & Vilela, A. B. (2023b). Autocuidado na perspectiva de trabalhadoras sexuais para prevenção e enfrentamento à pandemia do SARS-CoV-2. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(1), 291-301. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023281.10192022>
- Csalog, R. A. (2021). Mulheres (in)visíveis: prostituição, trabalho e migrações nas ruas de Lisboa. *E-cadernos CES* [Online], 35, 163-181. <https://doi.org/10.4000/eces.6394>

DIEESE. (2023). Infográfico mulheres. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos.

<https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.html>

Figueiredo, A. C. P. (2021). Sexo é só para quem pode pagar: um diálogo com o cotidiano da prostituição no pará. *Nova revista amazônica*, 9(02), 105-121.

<http://dx.doi.org/10.18542/nra.v9i2.10673>

Freitas, M. E., Ribeiro, L. S., Guimarães. S. S., Martins, L. F., & Chinelato, R.(2020). Fatores biopsicossociais na história de vida de mulheres profissionais do sexo. *Psicologia em pesquisa*, 14 (2), 152-178. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2020.v14.27385>

Giddens, A. (1993) A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Ed. UNESP.

Giddens, A. (1991). As consequências da modernidade. Ed. UNESP.

Goés, J. (2021). O que promove a participação política? um estudo de caso com as prostitutas da rua guaicurus. *Política & Sociedade*, 20 (47), 211-243.

<https://doi.org/10.5007/2175-7984.2021.e65120>

Goffman, E. (2004). *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Sabotagem.*

Guerra, C. B. (2019). “*Mulher da Vida, É Preciso Falar*”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual de Campinas.

Hughes, E. C. (1964). *Men and their work*. (2nd ed.). The Free Press, A Corporation.

Kolling, A. F., Oliveira, S. B., & Merchan-Hamann, E. (2021). Fatores associados ao conhecimento e utilização de estratégias de prevenção do HIV entre mulheres trabalhadoras do sexo em 12 cidades brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(8), 3053-3064,. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.17502020>

Leal, C. B. M., Porto, A.O., Ribeiro, M.S., Oliveira, K. N., Souza, D. A., & Rios, M. A.

(2019). Aspectos associados à qualidade de vida das profissionais do sexo. *Rev enferm UFPE online.*, 13(3), 560-568, <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v13i03a236608p560-568-2019>

Lhuilier, D. (2009). Travail du négatif – travail sur le négatif (Barros, V. A. Trad). Education Permanente dossier Travailler aux marges um cordon sanitaire pour la société?, 179 (2009-2), 39-57.

Lhuilier, D. (2013). Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 483-492.

<https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300002>

Lhuilier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, 17(1), 5-19. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19>

Lopes, A. L. M., & Fracolli, L. A. (2008). Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(4), 771-778. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400020>

Lopes, N. (2021). Sentidos e fantasias sobre o “luxo” na prostituição de “alto escalão” carioca. *Rev. antropol.*, 64(3), 1-20. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189656>

Magalhães, R.L., Sousa, L.R., Gir, E., Galvão, M.T., Oliveira, V.M., & Reis, R.K. (2019). Fatores associados ao uso inconsistente do preservativo entre trabalhadoras do sexo. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 27, 1-7. <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2951.3226>

Matos, C. S., Vasconcelos, J. G., & Sucupira, T. G. (2020). Educação informal, práticas educativas e prostituição. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, 16(6), 95-110. <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1609>

- Meadows, A. (1999). A comunicação científica. Briquet de Lemos / Livros.
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. (2024). *Política de propriedade intelectual das instituições científicas, tecnológicas e de inovação do Brasil: relatório FORMICT ano-base 2020.*
- Paiva, K. C., Pereira, J. R., Guimarães, L. R., Barbosa, J. K., & Sousa, C. V. (2020). Mulheres de vida fácil? tempo, prazer e sofrimento no trabalho de prostitutas. *RAE*, 60 (3), 208-221. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200304>
- Patrício, A.C., Bezerra, V.P., Nogueira, J.A., Moreira, M.A., Camargo, B.V., & Santos J. S. (2019). Conhecimento de profissionais do sexo sobre HIV/Aids e influência nas práticas sexuais. *Rev Bras Enferm*, 72(5), 1311-7. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0590>.
- Pinto, C. M. (2013). Metanálise qualitativa como abordagem metodológica para pesquisas em letras. *Atos de Pesquisa em Educação*, 8(3), 1033-1048. <https://doi.org/10.7867/1809-0354.2013v8n3p1033-1048>
- Prada, M. (2018). Putafeminista. Veneta.
- Saffioti, H. (1984). A mulher sob o capitalismo: Opressão e exploração In: Saffioti, H. *Mulher Brasileira: Opressão e Exploração* (pp. 17-24). Achiamé.
- Saffioti, H. (1987) *O poder do macho*. Moderna.
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado e violência*. Expressão popular: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, R. N., Kobashi, N. Y. (2009). Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. *Pesq. bras. Ci. Inf.*, 2(1), 155-172.
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10089>
- Santos, O. P., Ramalho, R. C., Oliveira, C. F., Lima, R.C., Arantes, A. A., & Filho, I. M. (2019). Perfil sociodemográfico e avaliação do conhecimento das profissionais do

sexo acerca das ist's em um municipio na região metropolitana de goiânia - GO. *Rev Inic Cient Ext.*, 2(2), 81-8.

Sawaia, B. (1999). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes.

Sawaia, B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.

<https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>

Silva, F. P. A., & Costa, L. A. F. (2019). A batalha: construção de saberes de mulheres que exercem a prostituição em salvador-bahia. R. Inter. Interdisc. *INTERthesis*, 16(3), 114-133. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2019v16n3p114>

Silva, G. P., & Almeida, L. P. (2019). Mulheres Donas de Seus Destinos: a constituição do sujeito enquanto mulher profissional do sexo. *TraHs*, 6, 80-96.

<https://doi.org/10.25965/trahs.1866>

Sousa, R. P., & Junior, G. A. (2019) Observando o cotidiano de mulheres prostitutas num contexto urbano relacionado a vida social. *Rev. Psicol Saúde e Debate*, 5(2), 52-67.

<https://doi.org/10.22289/2446-922X.V5N2A4>

CAPÍTULO 2

Entre redes sociais digitais e plataformas: Transformações no trabalho sexual

Resumo: Trata-se de um estudo com objetivo de analisar o de trabalho sexual nas plataformas digitais a partir da experiência das trabalhadoras. Foi usada a metodologia qualitativa, onde participaram 13 mulheres (12 cis/1 trans) que trabalham em plataformas de webcaming e/ou venda de conteúdo erótico por assinatura. A coleta dos dados se deu por entrevistas semiestruturadas realizadas remotamente e de um formulário com questões sociodemográficas. Para análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo temática de Minayo. Identificou-se que o mercado do trabalho sexual nas plataformas é muito amplo, se relacionando intimamente com as redes sociais digitais. Existem diferenças no funcionamento das plataformas e na caracterização das atividades, mas em ambas o trabalho se configura como autônomo. A flexibilidade de horários aparece como aspecto positivo e as taxas como negativos. As plataformas para trabalho sexual possuem semelhanças com outros trabalhos platformizados, como a assunção de riscos, pagamento de taxas e concordância com termos contratuais. As trabalhadoras estão mais vulneráveis a golpes de clientes, tanto financeiros quanto no uso indevido de suas imagens. No geral, o não reconhecimento do trabalho sexual como trabalho impacta também na modalidade platformizada dele, facilitando o descaso das plataformas com as trabalhadoras.

Palavras-chave: Trabalho sexual platformizado; Mercados do sexo; Plataformas digitais; Trabalho sexual.

Between digital social networks and platforms: Transformations in sex work

Abstract: This study aims to analyze sex work on digital platforms based on the experiences of the workers. A qualitative methodology was used, with the participation of 13 women (12 cis/1 trans) who work on webcaming platforms and/or erotic content sales by subscription. Data collection was carried out through semi-structured interviews conducted remotely and a form with sociodemographic questions. Minayo's thematic content analysis was used to analyze the data. It was identified that the sex work market on the platforms is very broad, closely related to digital social networks. There are differences in the functioning of the platforms and in the characterization of the activities, but in both the work is configured as autonomous. Flexible hours appear as a positive aspect and fees as a negative aspect. Sex work platforms have similarities with other platformized work, such as assuming risks, paying fees and agreeing to contractual terms. Workers are more vulnerable to scams from clients, both financial and in the misuse of their images. In general, the failure to recognize sex work as work also impacts its platformized form, facilitating the platforms' disregard for workers.

Keywords: Platformized sex work; Sex markets; Digital platforms; Sex work.

Entre redes sociales digitales y plataformas: Transformaciones en el trabajo sexual

Resumen: Este es un estudio que tiene como objetivo analizar el trabajo sexual dentro de las plataformas digitales a partir de la experiencia de las trabajadoras. Se utilizó una metodología cualitativa, involucrando a 13 mujeres (12 cis/1 trans) que trabajan en plataformas de webcaming y/o vendiendo contenidos eróticos vía suscripción. La recolección de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas realizadas de forma remota y mediante un formulario con preguntas sociodemográficas. Para el análisis de los datos se utilizó el análisis de contenido temático de Minayo. Se identificó que el mercado de trabajo sexual en

plataformas es muy amplio, muy relacionado con las redes sociales digitales. Existen diferencias en el funcionamiento de las plataformas y la caracterización de las actividades, pero en ambas el trabajo se configura como autónomo. La flexibilidad de horarios aparece como un aspecto positivo y las tarifas como negativo. Las plataformas de trabajo sexual tienen similitudes con otras plataformas de trabajo, como asumir riesgos, pagar tarifas y aceptar términos contractuales. Los trabajadores son más vulnerables a las estafas de los clientes, tanto financieras como de uso indebido de sus imágenes. En general, el no reconocimiento del trabajo sexual como trabajo también afecta su forma en plataformas, facilitando el abandono de las plataformas hacia los trabajadores.

Palabras-clave: Trabajo sexual en plataformas; Mercados sexuales; Plataformas digitales; Trabajo sexual.

Introdução

O objetivo desse estudo é analisar o trabalho sexual dentro das plataformas digitais de webcamming e de conteúdo erótico por assinatura, com base experiência das trabalhadoras. Parte-se da seguinte questão: A atividade realizada e mediada pelas plataformas de conteúdo adulto apresenta características de outros trabalhos plataformizados?

O termo trabalho sexual tem relação com a luta das trabalhadoras pelo reconhecimento de que o trabalho sexual é de fato um trabalho (Prada, 2018), sendo importante politicamente por ressaltar a importância da garantia de direitos básicos e condições de trabalho decentes (Kempadoo, 1998). “Pode-se incluir diferentes modalidades de trabalho quando se refere ao trabalho sexual: (1) prostituição (“consiste no ato, por pessoas adultas e em condições de consentir, de trocar sexo por dinheiro ou outros bens, de modo regular ou ocasional” (Prada, 2018, p.25)), (2) atriz/ator pornô (na relação ambos estão encenando, pode ter a presença de um diretor, é filmado e editado), (3) camgirl (relação que acontece de forma virtual e síncrona), (4) criador(a) de conteúdo erótico virtual (produção de fotos, vídeos e áudios com teor sexual e a comercialização destes), (5) trabalhadores(as) de telessexo (serviço erótico por telefone), dentre outras.

Não é como se tivesse havido uma migração do trabalho sexual presencial para o online, mas, pode-se dizer que, devido às diferentes condições de trabalho no modo online, houve um interesse maior de pessoas que antes não estavam dispostas a realizar um trabalho sexual. Além

de criar e ampliar os espaços de venda de bens e serviços sexuais, facilitou para que as pessoas pudessem ter um emprego fixo fisicamente e outro virtual. As características da internet não explicam por si só o crescimento do mercado do sexo online; as condições políticas, econômicas e sociais também são fundamentais na escolha e na prática do trabalho sexual (Jones, 2015).

As plataformas digitais para trabalho sexual são um dos espaços possíveis para produção de conteúdo pornográfico, além de permitir experiências virtuais em tempo real. O webcamming erótico comercial (WEC), segundo caminhas (2021), é um desdobramento do homecamming, um tipo de transmissão online que predominou na década de 1990 onde as mulheres compartilhavam suas experiências na internet via webcam. Surgiu no brasil em 2002, sendo utilizado predominantemente por mulheres encenando diante da câmera para uma audiência, em troca de dinheiro ou outros bens materiais, geralmente o custo é tabelado pelos minutos que se passa na chamada.

Nas plataformas por assinatura, a trabalhadora cria um perfil onde irá postar vídeos e fotos que podem ser de sexo explícito ou não, o conteúdo varia de acordo com o perfil da criadora de conteúdo. Uma taxa mensal é cobrada para os assinantes e eles também podem enviar mais dinheiro como um presente ou fazer pedidos de conteúdo específicos e acordar um valor a mais. Existem plataformas diferentes nesse segmento, mudando a forma de pagamento e recebimento do dinheiro, a nacionalidade e a moeda utilizada, além disso, algumas exploram um único tipo de conteúdo.

As plataformas digitais não são exclusivas para o trabalho sexual, elas podem ser utilizadas de diversas formas, indo desde a possibilidade de ser um meio de comunicação entre funcionários, uma tecnologia a mais para auxiliar o processo produtivo, a ser o próprio meio através do qual o trabalhador exerce sua função. Ao se vincular com essa modalidade, os trabalhadores são classificados como autônomos e recebem pagamento por tarefa ou por

períodos, sem garantia de jornada ou remuneração fixa (Filgueiras & Antunes, 2020). Esse tipo de ocupação, que pode ser considerada informal, já está estabelecida no mercado capitalista e no processo de diminuição das proteções trabalhistas, provocando o surgimento de uma classe que é construída em um cenário precário e que tem que assumir os riscos do próprio labor (Casili & Posada, 2019).

O trabalho digital através de plataformas possui diferentes características a depender do tipo de trabalho e da plataforma, isso resultou em um dissenso nos termos utilizados para se referir ao uso das tecnologias da informação no mercado de trabalho. Termos como Gig-economy, plataforma economy, sharing economy, “crowd work”, uberização, dentre outros, são utilizados às vezes como similares, outras não (Filgueiras & Antunes, 2020).

Schmidt (2017) diferencia os termos “cloud work”, “crowd work” e “gig work”. “Cloud work” é um tipo de trabalho onde as pessoas constroem um pequeno currículo com os serviços que podem realizar e o cliente entra em contato para realizar a negociação. É um trabalho que pode ser realizado em qualquer lugar do mundo e envolve a escolha de uma pessoa específica para o serviço. No “crowd work” o cliente utiliza a plataforma para enviar sua demanda para um grupo não especificado, que pode ser feita por qualquer pessoa, mas também é realizado de forma inteiramente digital.

Para Graham e woodcock (2018), no “crowd work” os clientes dificilmente interagem com o trabalhador. Já no “gig work” o contato inicial é feito através da plataforma, mas o serviço é realizado fora do meio digital, em um local específico e com pessoas específicas. A partir disso, nesse estudo, considerar-se-á o trabalho sexual em plataformas como “cloud work”, já que os clientes, diante de uma lista com vários perfis de trabalhadoras, que tem uma pequena biografia sobre os serviços oferecidos e sobre suas personalidades, escolhem uma para entrar em contato e acessar, seja o conteúdo por assinatura, a videochamada ou qualquer outro serviço.

Neste estudo analisou-se o trabalho sexual em plataformas, caracterizando-o a partir da perspectiva das trabalhadoras. Parte-se do pressuposto de que o trabalho sexual nas plataformas pode ser incluído na discussão sobre os trabalhos plataformizados, como discutido por Rand (2019), Easterbrook-Smith (2022) e Soneji, Hamilto, Doupé, McDonald, Redmiles (2024). Assim, buscou-se abordar questões relativas à rotina de trabalho, contato com clientes e com outros profissionais e funcionamento da plataforma. Acredita-se que esse estudo possa contribuir para a compreensão dessa atividade e sobre as relações de poder e autonomia estabelecidas entre as plataformas e as trabalhadoras. Além disso, espera-se que os resultados possam servir de subsídio para demais reflexões sobre a regulamentação do trabalho sexual e das plataformas digitais.

Método

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza exploratória (Gil, 2008). Optou-se pela abordagem qualitativa pela intenção de compreender o fenômeno do trabalho sexual plataformizado a partir da perspectiva das participantes, entendendo que, nesse caso, a palavra é mais adequada que os instrumentos numéricos (Godoy, 1995). A coleta de dados foi realizada no período de janeiro a abril de 2024.

Participantes

Tabela 1

Caracterização das participantes

Idade	Renda mensal da(s) plataforma(s)	Tipo de plataforma usada	Tempo de trabalho
P1	31	R\$3.100,00	Venda por assinatura
P2	21	R\$2.000,00	Venda por assinatura
P3	24	R\$600,00 a R\$2.000,00	Venda por assinatura
P4	31	R\$15.000,00 a 20.000,00	Venda por assinatura
P5	34	R\$3.000,00	Webcamming
P6	30	R\$3.200,00	Webcamming

P7	33	R\$15.000,00	Venda por assinatura	1 ano
P8	33	R\$2.000,00 a R\$3.000,00	Venda por assinatura e webcamming	2 anos
P9	25		Venda por assinatura	8 meses
P10	29	R\$1.800,00	Venda por assinatura e webcamming	7 meses
P11	24	R\$2.000,00 a R\$ 20.000,00	Venda por assinatura	3 anos
P12	28		Venda por assinatura	3 meses
P13	37	US\$2.500	Webcamming	4 anos

Participaram da pesquisa 13 trabalhadoras sexuais de plataformas digitais, com idades entre 21 e 37 anos. No tocante ao estado civil, 5 participantes se declararam solteiras; 4 se declararam casadas, e 4 afirmaram estar em um relacionamento, sendo uma delas não-monogâmica. Sobre a orientação sexual, 10 participantes se autodeclararam como bissexuais (se relaciona amorosa e sexualmente com pessoas de qualquer gênero), 2 Homossexuais (se relaciona amorosa e sexualmente com pessoas do mesmo gênero, nesse caso, lésbicas) e 1 heterossexual. Das 13 participantes apenas uma é uma mulher transgênero. Em relação à raça/cor, 9 participantes se declararam brancas, 3 se declararam pardas e 1, preta.

Já em relação a filhos(as), 3 participantes têm dois e 1 participante tem apenas um e 9 nenhum. Sobre escolaridade, 2 participantes possuem o ensino médio completo, 3 delas o ensino superior incompleto, 5 delas o ensino superior completo, 2 delas possuem diploma de mestrado e 1 delas está cursando o mestrado. Das 13 participantes, 04 delas trabalham exclusivamente com o trabalho sexual digital, uma destas também trabalha presencialmente, e o restante possui outras ocupações. Sobre a renda mensal, os valores variaram entre 600,00 reais mensal até 20.000,00. Além das plataformas de venda de conteúdo por assinatura e as de webcamming, algumas redes sociais digitais também são usadas para venda de conteúdo avulso como o Telegram, Instagram, Tiktok, X (antigo twitter). O tempo de trabalho nas plataformas foi de três meses a quatro anos. O tempo gasto diariamente ou mensalmente no trabalho das

plataformas variou bastante, uma parte delas não soube dizer de forma precisa, variando entre 3 e 8 horas por dia ou 32 horas a 80 horas mensais.

Instrumentos

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, apesar de ter um roteiro de entrevista previamente formulado, houve a possibilidade de questionar outros pontos à medida que a conversa fluía (Minayo, 2004). Foi realizada de forma remota através do Google Meet. Nelas foram trabalhadas questões sobre o funcionamento das plataformas, rotina de trabalho, vantagens e desvantagens do trabalho, estratégias de segurança e o contato com os clientes/seguidores. O áudio foi gravado utilizando o aplicativo “gravador de voz” no smartphone. Além disso, para a caracterização das participantes, antes da entrevista era solicitado que respondesse um formulário via GoogleForms com questões sociodemográficas.

Procedimentos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba - CCS/UFPB, sob número de CAEE: 74916523.5.0000.5188. Inicialmente idealizou-se fazer a pesquisa apenas com trabalhadoras de venda de conteúdo erótico por assinatura, sem os sites de webcamming já que envolvem atividades diferentes. Iniciou-se o contato com as possíveis participantes da seguinte forma: A pesquisadora buscava perfis nas plataformas e as procurava pelo nome no Instagram ou X para convidá-las a participar da pesquisa. O contato era feito pelo perfil pessoal do instagram da pesquisadora, que ficou no modo público para que passasse mais confiança e as mulheres pudessem ver que não era um golpe.

Uma mensagem padrão era encaminhada para todas, nela constava o título da pesquisa que continha o termo “trabalho sexual platformizado”, algumas mulheres responderam questionando a utilização do termo, remetendo-o a prostituição e justificando que não era isso que faziam. A partir disso, optou-se por mudar a chamada na mensagem para o termo “venda

de conteúdo erótico”. Ainda assim, muitas responderam às mensagens dizendo que participariam, mas efetivamente a participação não se dava.

Diante da necessidade de atualizar a estratégia, foi divulgada uma “foto convite” para a pesquisa no Instagram. A partir disso, mais duas participantes surgiram, tendo uma delas maior visibilidade na rede social e, quando ela compartilhou a imagem, outra trabalhadora sexual e ativista, com ainda maior visibilidade nas redes, também fez a divulgação e foi a partir desse momento que as trabalhadoras se direcionaram ao Instagram da pesquisadora se disponibilizando a participar da pesquisa. Nesse ponto chegaram trabalhadoras vendiam o conteúdo erótico em plataformas de assinatura e/ou que faziam o webcamming, a partir desse contato, optou-se por realizar a entrevistas com todas, abrangendo os critérios de inclusão no estudo.

Antes da entrevista, as participantes responderam um formulário no GoogleForms com questões sociodemográficas e por ele assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Os pontos do termo foram relembrados no início da entrevista e foi destacada a possibilidade de elas desistirem da participação a qualquer momento do processo. Mediante a falta de objeções, dava-se seguimento às entrevistas.

Caracterização das plataformas

Nesse estudo vamos nos ater a quatro plataformas que foram as mais citadas pelas participantes, sendo duas de venda de conteúdo por assinatura e duas para webcamming, vale ressaltar que algumas trabalhadoras da pesquisa utilizam mais de uma. Optou-se por não utilizar o nome das plataformas por questões de privacidade, a partir de então, elas serão identificadas por letras, sendo A, B, C e D.

As plataformas A e B são similares, ambas são plataformas de assinatura mensal para venda de conteúdos diversos, não só conteúdos eróticos, entretanto elas são mais conhecidas por esses conteúdos e as duas ficam com 20% do rendimento dos(as) criadores(as) de conteúdo.

A plataforma A foca no público de criadores da américa latina, sendo mais acessível para brasileiros(as), por exemplo, por realizar os pagamentos na moeda real e por pix, tornando o processo de recebimento financeiro mais ágil.

A plataforma C é uma plataforma de transmissão ao vivo, mas também possui a opção de assinatura para conteúdos exclusivos das modelos. O site oferece diferentes opções de chat dentro da live, no chat grátis não há cobrança, mas a modelo não pode fazer nenhuma performance nessa modalidade; no chat simples mais de um usuário pode interagir com a modelo via chat; no chat privado apenas uma pessoa pode interagir com a modelo e essa pessoa pode abrir sua câmera, a câmera da modelo fica aberta para voyeurs; o chat exclusivo é como o chat privado, mas nele os voyeurs não podem entrar; por fim, o chat voyeur, o usuário entra como voyeur para espiar um show que está acontecendo em chat privado. A assinatura é tabelada, já as tarifas são cobradas por minuto nos chats e são escolhidas pela modelo, mas seguem os valores mínimos e máximos. A porcentagem cobrada do trabalho das modelos é de 50%, e essa taxa se aplica aos ganhos nas lives, a assinatura, às vendas avulsas e aos presentes dados pelos clientes.

A plataforma D é também de webcamming, mas as lives são gratuitas e abertas para o público geral e os clientes realizam o pagamento através de gorjetas (tips) usando uma moeda digital. As trabalhadoras podem comprar benefícios dentro do site, como uma sala exclusiva ou virar moderadora e ter mais autonomia com os clientes. O site fica com 30% do ganho das modelos, desses, 10% vão para um agente – o costume do site é que as modelos entrem agenciadas por outra pessoa – ou vai para a dona do site.

Análise dos dados

As entrevistas gravadas foram transcritas e os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo temática que consiste em separar o conteúdo em núcleos de sentido a partir da frequência de aparição do tema e da relação do mesmo com os objetivos do estudo (Minayo,

2004). Os dados analisados a seguir foram escolhidos a partir das temáticas que foram emergindo nas entrevistas que estavam previamente estruturadas com algumas questões. A partir disso separou-se os temas em: Funcionamento das plataformas, rotina de trabalho, vantagens e desvantagens do trabalho, contato com clientes e estratégias de segurança. Para manter a confidencialidade, as entrevistadas estão citadas com o P seguido de um número.

Resultados e discussão

Funcionamento das plataformas

Em relação às plataformas para venda de conteúdo erótico por assinatura, A e B, as participantes apontaram como imposições o recolhimento da taxa mensal de 20% sobre as transações feitas dentro da plataforma, o valor mínimo e máximo para assinatura e o valor mínimo para saque. Antes não existia valor mínimo para assinatura na plataforma A, a alteração aconteceu no decorrer da coleta dos dados da pesquisa, algumas participantes cobravam R\$5,00 mensal. Quando questionado se a plataforma pede que elas respondam os assinantes e se aplicam algum tipo de punição, elas apontaram que não.

A plataforma A é tida como mais prática por ser nacional e trabalhar com a moeda local, por isso o acesso ao dinheiro é mais rápido em comparação com a B, na qual precisam converter e transferir o dinheiro. O fato de a localização real do trabalhador/a ser irrelevante dentro do mercado digital é apontado como uma grande vantagem pois possibilita uma ampliação das oportunidades de trabalho (Graham & Hjorth, 2017). No trabalho sexual digital, as trabalhadoras podem escolher plataformas com taxas e formas de pagamento melhores, mas isso só é possível para quem domina línguas estrangeiras, a maior parte delas fica restrita as plataformas nacionais.

Apesar de ambas serem trabalho sexual digital, o webcamming e a venda de conteúdo por assinatura são bem diferentes. No webcamming a trabalhadora precisa estar presente ao vivo numa chamada de vídeo, além disso, é um trabalho que demanda a construção de uma

relação com o cliente para que ele se envolva e fique mais tempo conectado. As habilidades socioemocionais são postas à prova no encontro ao vivo, inclusive foi citado pelas participantes que a habilidade de conversar foi desenvolvida a partir do trabalho e tornou-se parte de suas vidas.

As trabalhadoras vinculadas a plataforma C precisam assinar um contrato virtual, nele elas estão como contratantes dos serviços prestados pela plataforma. Dentre algumas regras do contrato, citam-se: o conteúdo não pode retratar menores, pedofilia, zoofilia, violência sem consentimento expresso, excreção, sangue; conter uso ou apologia a drogas ilícitas; enganar usuários; não pode trocar contatos com o cliente e nem se associar a prostituição. No início da pesquisa, ela tinha um programa de benefícios para quem fosse criadora exclusiva do site, mas esse programa não existe mais.

É uma característica das plataformas digitais essas mudanças frequentes dos termos de serviço/contrato. Ela também trabalha com advertências e bloqueios (temporários ou permanentes), tendo relatos de exclusão de contas. Os bloqueios acontecem sem aviso prévio, a página simplesmente sai do ar e cabe a ela identificar o problema. Isso interfere na rotina planejada que envolve também o ganho financeiro esperado, foi citado por elas que preferem não argumentar para não correr o risco de serem banidas. A popularidade da plataforma no país possibilita que ela estabeleça as taxas que deseja, pois sabe que, detendo o poder de onde estão os clientes, as trabalhadoras vão aceitar e se submeter às suas regras, dessa forma, as trabalhadoras se tornam dependentes da plataforma (Rand, 2019).

Foram citadas situações em que a plataforma agiu de forma arbitrária. Uma das participantes teve a conta excluída porque um cliente estava usando cartões clonados e eles suspeitaram que ela estava envolvida, ela tentou contato com o suporte e buscou ajuda de outras trabalhadoras, mas não teve retorno. Infelizmente não são casos isolados, Bonomi e de Melo (2024) denunciaram uma plataforma brasileira que utilizou como estratégia a mudança dos

termos de uso de forma unilateral e bloqueou as contas e seus pagamentos, impossibilitando-as de trabalhar e de sacar os valores que possuíam, sob justificativa de violação desses termos, ainda que elas não tivessem assentido. As trabalhadoras precisaram recorrer na justiça para resolver a situação, até o momento da produção deste artigo não houve atualizações do caso.

Nos mercados do sexo é comum que os clientes ajam de má fé alegando fraude, nesses casos as mais afetadas são as trabalhadoras, mas isso não parece ser uma preocupação das plataformas. Elas esperam que a trabalhadora identifique esses clientes e os reporte, caso ela não perceba e prossiga com o trabalho, os custos recaem sobre ela que acaba não recebendo o pagamento pelo trabalho. A plataforma não se responsabiliza e, além de sair lesada, pode ser acusada de cúmplice. Um exemplo de fraude é o Chargerback, ou seja, uma pessoa recorre sobre o valor cobrado no cartão de crédito informando que foi fraude ou que ficou insatisfeita com o serviço. Quando isso acontece o dono do serviço que recebeu o pagamento via cartão precisa devolver o dinheiro para o cliente (Swartz, 2020). O valor repassado pelas trabalhadoras através das taxas poderia ser usado pelas plataformas em estratégias de segurança para prevenir essas situações.

O vínculo nas plataformas torna as trabalhadoras autônomas, exigindo que se gerenciem e organizem seus horários. Elas têm como característica a tentativa de descaracterização dessa relação como uma relação trabalhista, apostando em acordos informais, através de termos de serviço e/ou contratos que são ajustados convenientemente pelas plataformas e para seu próprio benefício (Casili & Posada, 2019; Schimidt, 2017; Filgueiras & Antunes, 2020). Por estarem vinculadas ao trabalho sexual não podem abrir um MEI para essa atividade, levando-as a mentir sobre sua ocupação, o que pode resultar em penalidades. Embora os direitos trabalhistas sejam uma realidade para muitos, as mudanças nas regulamentações deixaram parte da população sem acesso a eles, como indicado a seguir

Nós autônomas, temos um sonho que é 13º e férias remuneradas, ou pelo menos o direito de ficar doente, não é uma constante da nossa vida ter esses direitos. Eu já sou autônoma há muitos anos, na verdade eu nunca trabalhei com CLT... a primeira vez que eu tirei férias, desde 2020, foi no ano passado na verdade que eu tirei um mês, dividido duas vezes de duas semanas (P6).

Diante da realidade de um mercado de trabalho marcado por baixos salários, desigualdade e informalidade, a noção de flexibilidade avança e aparece como solução para os(as) trabalhadores(as). Entretanto, as alternativas ditas flexíveis geram postos de trabalho mais inseguros, proporcionando uma condição de maior vulnerabilidade para os(as) profissionais. No trabalho mediado por plataformas perde-se os direitos, proteções e a garantia do assalariamento, paralelamente, os(as) trabalhadores(as) gerenciam o tempo, intensidade e duração do trabalho. Assim, as plataformas seguem as formas mais precárias e pouco reguladas de trabalho (Krein, Abílio, Freitas, Borsari & Cruz, 2018).

Rotina de trabalho

Na venda de conteúdo por assinatura, a frequência de postagens varia, mas todas destacaram a importância da divulgação em outras redes sociais. Quanto menor a dedicação às plataformas e a divulgação, menos ganhos financeiros. A divulgação pode incluir fotos no story ou feed, stories da vida pessoal, perguntas, lives, post (antigo tuíte), reels e notas no Instagram. É essencial seguir as regras dos algoritmos para que os conteúdos cheguem a potenciais clientes.

Rand (2019) mostra como o trabalho sexual constrói a imagem de “empreendedoras sexuais”, dessa forma, o esforço no trabalho se mistura com o gerenciamento da presença online que por sua vez impacta na vida pessoal das trabalhadoras, dificultando a separação da vida pessoal do trabalho. De fato, isso parece nem ser uma opção, já que a exposição da vida pessoal reflete no engajamento e consequentemente no ganho financeiro.

Devido a sua importância, denúncias nas redes sociais digitais podem prejudicá-las pois são capazes de gerar exclusão ou suspensão da conta, consequentemente a perda de seguidores. Com o desaparecimento nessas redes, o impacto pode ser direto no financeiro. Por causa disso, é comum que elas tenham mais de uma conta, sendo uma a principal e as outras as reservas. Outra situação que as afeta é o “shadowbanning” que ocorre quando as plataformas/redes sociais digitais vão retirando silenciosamente os conteúdos de um usuário, reduzindo a visibilidade dele (Soneji et al, 2024).

No webcamming, as participantes relataram seguir uma espécie de ritual antes de ficar online, cada uma constrói o seu. Uma participante faz questão do banho antes e depois do trabalho, como parte do processo de entrar e sair do personagem, outra, escolhe um anel para usar toda vez que fica online. Essa questão do personagem foi citada por mais de uma participante (Silva, 2014; Caminhas, 2021, 2023; Dal Orto, 2024), ele pode ajudar a esconder as características delas e a conquistar nichos específicos de clientes.

Além do ritual, elas também organizam o que vão usar no dia, qual figurino, lingerie, laces (um tipo de peruca), brinquedos sexuais e acessórios. É necessário organizar o espaço físico, que geralmente é o mesmo, o preparo da posição da câmera, da iluminação do local e do som ambiente. Mesmo com o personagem, a pessoa está sempre envolvida no trabalho com toda sua história de vida, sendo a mesma dentro ou fora do ambiente de trabalho e em outros espaços (Araújo, 2020).

Os horários de trabalho são variáveis, assim como os ganhos, quanto mais tempo logada e em chat com um cliente, maiores serão os rendimentos. Sabendo disso, há sempre o risco de sobrecarga de trabalho mediante uma necessidade ou objetivo:

Antes, eu... como é que eu posso dizer? Não sei se é porque eu estava muito empenhada em juntar o dinheiro pra vir pros Estados Unidos, eu tava vivendo 24 horas no site, eu até dormia com a câmera ligada. É, foi assim, eu tive um burnout, sabe, depois que eu

parei, porque foi muito tempo, muita... foi por uma causa, né? Hoje em dia eu não faço isso (P13).

Através do ideal de autonomia, as organizações cobram aos sujeitos que eles se integrem, se identifiquem com os valores organizacionais, colocando-os acima dos seus próprios. Nesse caso específico, apesar de serem consideradas autônomas, estão submetidas a determinadas regras das plataformas, assim como à máxima de: só ganham se trabalharem. E isso solicita às trabalhadoras uma disponibilidade quase que absoluta na luta pela sobrevivência. A responsabilidade é imputada ao(a) trabalhador(a), deixando-os(as) sempre em situação de estresse para dar conta da situação e mostrar “serviço”, quando essas pessoas não são mais úteis, são dispensadas (Enriquez, 2006).

A propaganda difundida sobre o trabalho em plataformas enfatiza a flexibilidade e autonomia do trabalhador como pontos positivos em comparação às opções de trabalho formal, entretanto, essa flexibilidade não acontece na prática, porque é necessário que se trabalhe cada vez mais para garantir um rendimento que supra as necessidades (Filgueiras & Antunes, 2020). Além disso, os custos com a produção do trabalho ficam todos com as trabalhadoras, nesse caso, os custos são em ensaios fotográficos, câmeras e notebooks com tecnologias avançadas, iluminação e roupas/acessórios, equipe (caso tenha), conexão de internet, cursos e formações, dentre outros, que saem dos seus rendimentos.

Apesar de não ser um trabalho formalizado, ele envolve muito estudo por parte das trabalhadoras. É possível encontrar uma gama de cursos online, e-books, vídeos no youtube, posts em redes sociais que ensinam sobre o funcionamento das plataformas, sobre como ganhar dinheiro com elas, como se conectar emocionalmente com os clientes ou com foco na qualidade dos conteúdos, dentre várias outras temáticas. Geralmente esses cursos são oferecidos por outras trabalhadoras e a partir deles elas vão construindo uma rede de colegas onde podem trocar informações, dicas e divulgações (uma divulgar o perfil da outra no seu próprio perfil).

Vantagens e desvantagens do trabalho com as plataformas

As vantagens majoritariamente giram em torno dos ganhos financeiros, praticidade, comodidade do trabalho e a flexibilidade na escolha dos horários. Além disso, alguns participantes citaram o processo criativo de produção do conteúdo como algo instigante e prazeroso. O trabalho sexual digital realizado por mulheres implica na construção e na performance de uma “mulheridade”, esse ponto foi citado como tendo impacto positivo na autoimagem para a participante trans em parte porque ela também acabou se tornando uma referência para pessoas que querem transicionar e chegam até ela pedindo dicas. Essa situação também é relatada no trabalho de Barros (2018) sobre a prostituição das trans-travestis. Assim como, o fato de se vê enquanto objeto de desejo do outro também foi apontado como algo que implica na melhora da autoestima.

Jones (2015) identificou outros pontos citados como positivos como a sensação de maior segurança física com a diminuição do risco de lesões; ajuda dos sites com publicidade; possibilidade de fazer uma triagem dos clientes; possibilidade de construir uma reputação; o baixo custo e a eficiência da internet, por exemplo, é possível conhecer possíveis clientes em espaços que não são para comércio sexual; a diminuição do contato negativo com a polícia; a existência de fóruns e blogs criados por profissionais do sexo para discussões entre si sobre a profissão.

As desvantagens citadas pela maioria foram: a superexposição, a necessidade de estar alimentando as redes sociais e produzindo o conteúdo constantemente e o fato de ser vista como um objeto sexual e ser sexualizada o tempo inteiro. Além desses, existe o medo de serem expostas sem a permissão. As participantes lésbicas citaram o fato de precisar lidar com homens como algo negativo, embora o contato com clientes pagantes não tenha sido considerado problemático, o relacionamento com seguidores e “haters” nas redes sociais foi visto como negativo, devido ao envio de mensagens desrespeitosas.

Então assim, eu acho muito fácil, eu entendo que falam, ah, quem trabalha com o mercado adulto é muito mais fácil você ser mulher, você monetiza, você rentabiliza, você lucra muito mais sendo mulher, mas é uma grande mentira, porque os grandes donos dos sites, né, os fundadores dos sites, as pessoas que tão monetizando de fato grana boa com esses conteúdos são homens e que não são nem expostos, a gente não sabe cara, a gente mal sabe nome, tem que pesquisar na internet pra saber, então eu acho a vida desses sites muito, muito suave, assim, sabe? (P10)

Como pode ser visto na fala acima, essas trabalhadoras têm consciência que as taxas das plataformas são abusivas, mas, devido ao poder que as plataformas possuem, elas acabam precisando se submeter a elas. Estudos como os de Rand (2019), Easterbrook-smith (2022) e Soneji et al (2024) também buscaram analisar o trabalho sexual digital platformizado, identificando os entrelaçamentos entre a precarização característica dos trabalhos platformizados no geral e a precarização do trabalho sexual no geral.

As questões em torno do trabalho sexual somadas aos tabus sobre a sexualidade impactam nesse trabalho nas plataformas primeiro quando ele não está visível dentro das discussões sobre trabalho digital (Rand, 2019); depois quando políticas de pagamento de cartão de crédito evitam se vincular a essas plataformas, dificultando o acesso aos pagamentos por vias mais seguras, empurrando as trabalhadoras a se vincularem em aplicativos de pagamento inseguros e ficando sujeitas a golpes (soneji et al, 2024; Easterbrook-smith, 2022).

A vulnerabilidade das trabalhadoras se mostra também diante das regras das plataformas que mudam constantemente, impactando na viabilidade do trabalho, como já citado. Até para os clientes, o processo de escolher outra plataforma para usar será demorado, dessa forma o impacto financeiro para as trabalhadoras é imprevisível. No trabalho realizado digitalmente (cloud work) o controle é mais voltado para as informações compartilhadas sobre o trabalho e as informações pessoais (Schmidt, 2017). No trabalho sexual digital há o perigo

de ter os dados pessoais vazados e utilizados para perseguições e chantagens, além das filmagens e fotos que podem ser vazados sem autorização e inclusive ser comercializadas gerando ganhos financeiros para terceiros (Jones, 2015).

Estratégias de segurança e contato com clientes/seguidores

As trabalhadoras adotam medidas de segurança, como não divulgar sua localização em tempo real e evitar estar sozinhas em locais públicos ao gravar ou fotografar. Elas também tentam esconder tatuagens ou marcas para evitar reconhecimento. Apesar disso, a maioria não relatou assédio em público. Uma das participantes mencionou que faz acordos com seguidores quando sai e eles costumam respeitar. As participantes que vendem conteúdo por assinatura afirmaram que os clientes nas mensagens dentro da plataforma são educados e, quando elas negam solicitações, não discutem ou ofendem. Apenas uma delas relatou problemas com clientes pois, ao questionar avaliações negativas acaba entrando em discussões, situação também apontada por Dal'orto (2024).

Entretanto, a realidade nas redes sociais digitais é diferente, por ser o meio de divulgação, o fluxo de mensagens é maior. Elas se tornam palco de diversos ataques, conhecidos como “haters”. As críticas dessas pessoas giram em torno da aparência das trabalhadoras, da personalidade delas, ou do local que elas produzem o conteúdo, e claro sobre o fato de exercerem o trabalho sexual. Inclusive os ataques podem ir além desses, como nas ameaças citadas na fala abaixo:

O twitter (X) é a principal rede social para divulgação que é também a pior rede social porque você recebe muito hate e o fato de eu ser acadêmica, isso gera um ódio muito grande, é ameaça de morte, é gente querendo cassar o diploma, procurando forma de tirar meu diploma, fizeram um fake pra ameaçar estuprar minha filha porque disseram que mulheres que são prostitutas estão oferecendo a filha, criaram perfil fake pra dizer que eu vendia foto da minha filha nas redes sociais (P4).

A sociedade considera o trabalho sexual um trabalho sujo pela ideia de que ele fere às questões morais. A imagem mais difundida desse trabalho é a da trabalhadora que é explorada e que só está nele por falta de opção, entretanto, esse reducionismo esconde várias outras realidades. Quando a mulher é trabalhadora sexual, não se esconde e fala abertamente sobre esse trabalho ela é vista como um perigo, uma afronta à sociedade (Juliano, 2005), e, se ela consegue ocupar espaços acadêmicos ou sociais que antes eram exclusivos das classes mais altas, seu potencial é desacreditado e posto à prova.

Não responder mensagens nas redes sociais é uma estratégia para evitar haters, pois impede que as mensagens sejam visualizadas. Criadoras de conteúdo maiores podem contratar pessoas para responder essas mensagens, gerando empregos, enquanto outras optam por respostas automatizadas e usam opções de bloqueio e denúncia, às vezes expondo publicamente os perfis. As trabalhadoras que são mães tentam manter a imagem dos filhos distantes de suas redes de trabalho, bloqueando-os para evitar contatos inconvenientes, mesmo que eles saibam do seu trabalho. No caso citado acima foi necessário formalizar uma denúncia junto à polícia, mas, até o período da entrevista, não houve resposta para essa mãe.

As trabalhadoras do webcamming não revelam sua localização real e usam apelidos, costumam alegar idades menores para atrair clientes que preferem mulheres mais jovens. Algumas mostram o rosto durante as chamadas, enquanto outras evitam fazê-lo quando estão sem roupa, temendo que clientes gravem a chamada. Devido ao contato direto com os clientes, elas precisam identificar aqueles com más intenções; além de ter um controle emocional para reagir com assertividade, por exemplo, alguns clientes entram para xingá-las ou assustá-las. A estratégia geral para lidar com essas situações é o bloqueio, em casos mais graves é necessário entrar em contato com o suporte da plataforma para o autor ser banido, entretanto, eles podem retornar com outras contas.

Sobre a possibilidade de roubo dos conteúdos, algumas redes sociais digitais possuem a função da tela ficar preta ao tirar uma captura, evitando que o conteúdo seja roubado e compartilhado, entretanto, até o momento de realização da pesquisa as plataformas por assinatura não possuíam essa função. O uso da marca d'água foi citado como medida de proteção e de divulgação indireta porque em caso de compartilhamento pode atrair mais clientes para as redes pagas. Inclusive foi apontado um esquema de troca de conteúdo entre os clientes, por exemplo, cada um tem algo de uma modelo diferente e eles trocam entre si. Similarmente, uma das participantes da pesquisa de Soneji et al. (2024), compara o espectador de pornografia com um acumulador que gosta de salvar e compartilhar o conteúdo como se fossem figurinhas de futebol.

Houve o relato de um caso em que uma pessoa copiava e vendia os conteúdos de uma trabalhadora, esse caso conseguiu projeção na justiça indo para a vara criminal, sendo um alento de possibilidade de justiça para a classe. As trabalhadoras consentem em compartilhar o conteúdo dentro da plataforma, mas não consentem que ele seja distribuído fora dela, essa violação da privacidade pode ter impactos emocionais, especialmente para quem ainda não se declara abertamente trabalhadora sexual. Outra situação que elas podem passar é o “doxxing” que é a revelação dos dados pessoais de alguém, como nome verdadeiro, endereço, telefone etc., podem usar isso para chantagens e assédios, como comentam Soneji et al (2024).

Ao que parece, essas trabalhadoras estão cientes de que, à medida que o conteúdo é compartilhado na internet, elas perdem o controle sobre ele. As falas giram em torno da aceitação e entendimento desse fato como condição para o trabalho. Algumas delas conseguem manter algum sigilo, ao não mostrar o rosto, não passar dados pessoais e usar ferramentas oferecidas pela plataforma de bloquear o perfil para clientes de determinadas cidades, mas ainda assim, sabem que não existe uma segurança total dos dados e algumas relatam receio de vir a encontrar clientes de forma não intencional no mundo offline.

Outras estratégias citadas por Soneji et al. (2024), foram: limitar o alcance de sua conta, de forma que não cresçam muito e se tornem conhecidos; monitorar sua presença na internet, pesquisando seu user ou nome utilizado nos sites para ver se tem algum conteúdo roubado; usar a marca d'água; manter perfis separados, um pessoal e um do trabalho; ter o mesmo username em mais de uma plataforma ou rede social; limitar as informações de identificação na plataforma (rosto, localização, contatos pessoais, usar VPN (rede privada virtual) e não expor para todo mundo que é trabalhador(a) sexual.

Considerações Finais

Os resultados desse estudo evidenciaram que, ainda que o trabalho sexual em plataformas tenha especificidades diferentes dos trabalhos platformizados que são mais discutidos socialmente, como os aplicativos de viagens e de entregas. Elas operam a partir dos mesmos mecanismos contratuais que beneficiam apenas as plataformas e tiram direitos trabalhistas básicos, como a retirada de uma porcentagem do rendimento das trabalhadoras, as mudanças constantes dos termos contratuais, atitudes arbitrárias, dentre outros pontos citados no texto.

As especificidades que envolvem o trabalho sexual relacionam-se mais a segurança dos dados, informações e imagens das trabalhadoras. Além disso, impactam no reconhecimento de que elas estão realizando um trabalho, de que possuem direitos e que devem ser respeitadas. Impacta também no entendimento de que não existe uma história única para todas as trabalhadoras e interfere nas suas relações pessoais, quando não se sentem seguras de falar abertamente sobre seu trabalho.

Acredita-se que a temática do trabalho sexual em plataformas é bastante ampla, podendo ser estudada a partir de diferentes vieses. Uma das limitações desse estudo, que é também uma possibilidade para futuras pesquisas, é estudar essa atividade a partir da perspectiva de trabalhadores homens e de pessoas não-binárias. Outra possibilidade é focar em

analisar como se dão as relações de raça e classe dentro dessas plataformas. A desinformação sobre o trabalho sexual e quem o realiza ajuda perpetuar os estereótipos da atividade, a pesquisa científica pode e deve ser uma aliada contra isso.

Referências

- Araújo, J. (2020). Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23 (1), p.79-93. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i1p79-93>
- Barros, L. (2018). “Corpo feito no olho para o olhar”: contornos da trans-formação de gênero nas experiências das trans-travestis no contexto de prostituição em Araguaína-TO [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Do Tocantins] [Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT](#)
<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1641/1/L%c3%addio%20Fernando%20Yale%20Vieira%20Barros%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>
- Bonomi, C., de Melo, C. (2024). O Camera Prive e a precarização do trabalho sexual nas plataformas digitais. Acesso em 19/09/2024 <https://ponte.org/artigo-o-camera-prive-e-a-precarizacao-do-trabalho-sexual-nas-plataformas-digitais/>
- Casili, A., Posada, J. (2019). The platformization of labor and society. in Graham, M., Dutton, W. H. (eds.), Society and the Internet; How Networks of Information and Communication are Changing Our Lives, (2a ed., pp. 293-306), *Oxford University Press*. <https://dx.doi.org/10.1093/oso/9780198843498.003.0018>
- Caminhas, L. (2021). Webcamming erótico comercial: nova face dos mercados do sexo nacionais. *Rev. antropol. (São Paulo, Online)*, 64(1), 1-22. <http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.184482>

Caminhas, L. (2023). Os mercados erótico-sexuais em plataformas digitais: o caso brasileiro. *Revista brasileira de ciências sociais*. 38(111), 1-18.

<https://doi.org/10.1590/3811027/2023>

Dal'orto, C. (2024). Entre o antropológico e o porno-erótico: notas etnográficas de uma antropólogacamgirl sobre trabalho sexual plataformizado. *Horiz. antropol.*, P 30(68), 1-36. <https://doi.org/10.1590/1806-9983e680406>

Enriquez, E. (2006). O homem do século XXI: Sujeito autônomo ou indivíduo descartável. *RAE-eletrônica*, 5(1), art.10, 1-14.

<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4263&Secao=PENSATA&Volume=5&numero=1&Ano=2006>

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.

Graham, M., Hjorth, I., & Lehdonvirta, V. (2017). Digital labour and development: impacts of global digital labour platforms and the gig economy on worker livelihoods. *Transfer: European Review of Labour and Research*, 23(2), 135-162.

<https://doi.org/10.1177/1024258916687250>

Graham, M. & Woodcock, J. (2018). Towards a Fairer Platform Economy: Introducing the Fairwork Foundation. *Alternate Routes*, 29, 242–253.

<https://alternateroutes.ca/index.php/ar/article/view/22455>

Godoy, A. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *ERA*, 35(2), 57-63.

<https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>

Jones, A. (2015). Sex work in a digital era. *Sociology Compass*, 558–570.

<https://doi.org/10.1111/soc4.12282>

Juliano, D. (2005). El trabajo sexual en la mira, polémicas e esteriotipos. *Cadernos pagu* 25(1), 79-106. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200004>

- Kempadoo, K. (1998). Introduction: Globalizing Sex Workers' Rights. In: Kempadoo, K.; Doezema, J. (Ed.). *Global sex workers: Right, resistance, and redefinition* (1-28). Routledge.
- Kempadoo, K. (2005). Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *cadernos pagu*, 25, 55-78. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200003>
- Krein, J.; Gimenez, D.; Santos, A.; Freitas, P.; Borsari, P. & Cruz, R. (2018). Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para trabalhadores. In: Krein, J.; Gimenez, D.; Santos, A. (org.). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil* (pp.95-122). Editora Curt Nimuendajú.
- Easterbrook-Smith, G. (2022). OnlyFans as gig-economy work: a nexus of precarity and stigma. *Porn Studies*, 10(3), 252–267.
<https://doi.org/10.1080/23268743.2022.2096682>
- Filgueiras, V., Antunes, R. (2020). Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, 39(1), 27-43.
<http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>
- Minayo, M. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. HUCITEC
- Nieborg, D., Poell, T. (2018). The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. *New media & society*, 20(11), 4275-4292. DOI: 10.1177/1461444818769694
- Pereira, G., & Silva, E. (2024). Trabalho autônomo e movimentos sociais: a mobilização dos motoristas de aplicativo no brasil. *revista tópicos*, 2 (11).
<https://doi.org/11.10.5281/zenodo.127671007>
- Prada, M. (2018). *Putafeminista*. Veneta.
- Rand, H. (2019). challenging the invisibility of sex work in digital labour politics. *Feminist review*, 123, 40-55. <https://doi.org/10.1177/0141778919879749>

Schmidt, F. (2017). *Digital labour markets in the platform economy: mapping the political challenges of crowd work and gig work*. Friedrich-Ebert-Stiftung.

Soneji, A, Hamilton, V., Doupé, A, McDonald, A. & Redmiles, E. (2024). "I feel physically safe but not politically safe": Understanding the Digital Threats and Safety Practices of OnlyFans Creators [apresentação de trabalho]. *33rd USENIX Security Symposium, Filadélfia, PA, USA*.

Silva, W. (2014). *O sexo incorporado na web: cenas e práticas de mulheres strippers*. [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais]. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
https://bib.pucminas.br/teses/CiencSociais_SilvaWL_1.pdf

Swartz, L. (2020). Transactional Politics: Getting Paid and Not Getting Paid. In: Swartz, L. *New money, how payment became social media* (pp.106-107). *Yale University Press*.

CAPÍTULO 3

“Sim, eu sou puta”: Narrativas de mulheres no trabalho sexual em plataformas digitais

Resumo: O objetivo deste artigo foi analisar a construção da identidade das trabalhadoras no trabalho sexual plataformizado. Participaram do estudo 13 mulheres (12 cis/1 trans) que trabalham em plataformas de venda de conteúdo por assinatura e plataformas de webcamming. Foi usada a metodologia qualitativa, a coleta dos dados se deu por entrevistas semiestruturadas e por um formulário com questões sociodemográficas, ambos remotos. A análise dos dados foi feita a partir da análise de conteúdo temática de Minayo e a discussão foi embasada na Psicossociologia do trabalho, articulada à discussão de gênero, raça e classe por Saffioti. A partir da caracterização das participantes, identificou-se que o estudo contou com uma maioria branca e com ensino superior completo ou incompleto e que o período da pandemia do covid-19 parece se relacionar com a entrada de algumas nas plataformas. O processo de construção da identidade profissional não é algo automático, entretanto, a proximidade com as ideias de ativistas do trabalho sexual parece impactar positivamente no fortalecimento dela. Os coletivos de trabalhadoras aparecem como coletivos invisíveis, que operam através das redes sociais digitais, onde elas encontram apoio umas com as outras e com pesquisadoras da temática.

Palavras-chaves: Trabalho sexual plataformizado; Mercados do sexo; Psicossociologia do trabalho; Identidade.

“Yes, I’m a whore”: Narratives of women in sex work on digital platforms

Abstract: The objective of this study was to analyze the construction of identity among workers in platformized sex work. Thirteen women (12 cis/1 trans) who work on subscription content sales platforms and webcamming platforms participated in the study. A qualitative methodology was used, and data collection was carried out through semi-structured interviews and a form with sociodemographic questions, both remotely. Data analysis was based on Minayo's thematic content analysis, and the discussion was based on the Psychosociology of Work, articulated with the discussion of gender, race, and class by Saffioti. Based on the characterization of the participants, it was identified that the study had a white majority with complete or incomplete higher education, and that the period of the COVID-19 pandemic seems to be related to the entry of some of them into the platforms. The process of constructing professional identity is not automatic; however, proximity to the ideas of sex work activists seems to have a positive impact on strengthening it. Workers' collectives appear as invisible collectives, which operate through digital social networks, where they find support from each other and from researchers on the subject.

Keywords: Platformized sex work; Sex markets; Psychosociology of work; Identity.

“Sí, soy puta”: Narrativas de mujeres que ejercen el trabajo sexual en plataformas digitales

Resumen: El objetivo de este trabajo fue analizar la construcción de la identidad de las trabajadoras del trabajo sexual plataformizado. Trece mujeres (12 cis/1 trans) que trabajan en plataformas de venta de contenidos por suscripción y plataformas de cámaras web participaron en el estudio. Se utilizó una metodología cualitativa, la recolección de datos se realizó mediante entrevistas semiestructuradas y un formulario con preguntas sociodemográficas, ambas de forma remota. El análisis de datos se realizó mediante el análisis de contenido temático de Minayo y la discusión se basó en la Psicosociología del Trabajo, vinculada a la discusión de género, raza y clase de Saffioti. A partir de la caracterización de los participantes, se identificó

que el estudio contó con una mayoría blanca con educación superior completa o incompleta y que el periodo de la pandemia de covid-19 parece estar relacionado con el ingreso de algunos a las plataformas. El proceso de construcción de la identidad profesional no es automático, sin embargo, la proximidad a las ideas de las activistas del trabajo sexual parece tener un impacto positivo en su fortalecimiento. Los colectivos de trabajadores aparecen como colectivos invisibles, que operan a través de redes sociales digitales, donde encuentran apoyo entre ellos y entre investigadores sobre el tema.

Palabras-clave: Trabajo sexual en plataformas; mercados sexuales; Psicosociología del trabajo; Identidad.

Introdução

O termo “trabalho sexual” tem ganhado destaque nas discussões sobre as condições de trabalho, refletindo a luta das(os) trabalhadoras(es) sexuais por reconhecimento e respeito. Escolhido por elas(es), esse termo é usado para relacionar essa atividade a outras atividades econômicas que são fonte de renda, visando torná-lo parte do debate sobre direitos humanos e trabalho (Bindman & Doezena, 1997).

Prada (2018), argumenta que a expressão "trabalhadora sexual" tem uma importância política por demarcar que o trabalho sexual é uma forma de trabalho. Além disso, ela destaca que o termo inclui outras formas de trabalho, além da mais conhecida que é a prostituição. Algumas outras possibilidades de trabalho nos mercados do sexo são: atriz/ator pornô (na relação ambos estão encenando, pode ter a presença de um diretor, é filmado e editado), camgirl (relação que acontece de forma virtual e síncrona), stripper (envolve uma dança sensual, onde as peças de roupa são retiradas, mas não necessariamente acontece uma relação sexual), criador(a) de conteúdo erótico virtual (produção de fotos, vídeos e áudios com teor sexual e a comercialização destes), dentre outros.

Alguns termos são usados para se referir à troca de serviços性uais por dinheiro, como “whore” (em inglês) e “puta”. Blanchette e da Silva (2018) analisam esses termos e discorrem que eles compartilham significados etimológicos que remetem à independência feminina. Essa associação é, justamente, o que os torna ofensivos, já que não se conformar às normas

patriarcais é considerado algo indesejado; assim, ser chamada de "puta" pode ser visto como uma "ofensa madre" (Prada, 2018, p. 25). Apesar disso, "puta" é um termo que tem sido adotado pelas trabalhadoras性uais para se identificarem, sendo comum ouvi-lo nos seus espaços de encontro, além disso, esse autorreconhecimento é incentivado por ativistas.

Existem diversas possibilidades nos mercados do sexo, tanto em termos de serviços ofertados quanto nos espaços em que podem ser ofertados. Esse mercado se atualiza juntamente com a sociedade, inicialmente tinha-se os panfletos com desenhos de cunho sexual, os livros com contos eróticos (Hunt, 1999), os filmes, os chats (por mensagem ou telefone), até os dias de hoje onde se pode encontrar material pornográfico de maneira paga ou gratuita pela internet (Sarmet, 2014).

Uma das novidades do mercado são as plataformas de venda de conteúdo erótico por assinatura, nelas, os(as) assinantes pagam uma taxa mensal para acessar os conteúdos de uma determinada conta. Outra modalidade possível nas redes digitais é o webcamming que consiste em um chat virtual e síncrono com um(a) cliente e dentro desse chat é acordado entre as partes o que será realizado.

Independentemente do tipo de trabalho sexual realizado, ele é sempre envolto em estigmas. Esses estigmas são potencializados pelas pressões socioculturais que definem quais são as atitudes corretas para as mulheres tomarem e quais mulheres merecem ser valorizadas. Ao longo do tempo foram construídos modelos de comportamento que atribuem aos homens a busca por autorrealização, conquistas e poder, enquanto às mulheres são impostas exigências rigorosas com poucas recompensas (Juliano, 2005).

O estigma é uma característica que diferencia as pessoas das demais de um determinado grupo ou categoria e pode ser considerado uma desvantagem ou defeito ao ir contra o estereótipo estabelecido previamente. É importante destacar que um atributo que

estigmatiza uma pessoa pode não ter o mesmo efeito sobre outra, pois isso depende das relações sociais em que está inserido; o atributo, por si só, não implica desonra (Goffman, 2004).

Para Saffioti (2015), a sociedade brasileira, não tem como único princípio estruturador a ideia de homens dominadores e mulheres subordinadas. A divisão da população em classes sociais e as desigualdades resultantes constituem outra forma de dominação, juntamente com as diferenças sociais e étnicas. Segundo a autora, ainda assim, a supremacia masculina permeia todas as classes sociais e o contexto da discriminação racial.

A partir disso, Saffioti (2015) discorre que gênero, raça/etnicidade e as classes sociais são eixos estruturantes da sociedade e que eles não podem ser tomados separadamente porque, ao separar, apresentam características distintas daquelas que aparecem quando se olha para as interrelações que eles formaram juntos ao longo do tempo. A isso a autora chama de metáfora do nó, usando o termo nó para ilustrar que esses eixos são maleáveis, uma das faces pode estar em foco enquanto as outras, ainda presentes, ficam desfocadas. Essa mobilidade acompanha os processos sociais que estão sempre em movimento.

As imbricações entre os eixos perpassam por toda a sociedade, mostrando-se também nas relações de trabalho. A psicossociologia do trabalho, a partir do uso do termo atividade, diferencia o trabalho, da referência comum de trabalho que é o trabalho produtivo remunerado. Nesse sentido, considera-se a atividade como central na vida do sujeito tanto nos processos de subjetivação quanto na construção dos laços sociais nos diferentes contextos (Lhuilier, 2017).

A experiência subjetiva do trabalho depende de muitos fatores, um deles é o grau de poder sobre sua própria atividade, quando o sujeito não consegue construir e personalizar sua atividade, considera-se que ela foi impedida. Os motivos e objetivos da atividade estão relacionados à história da pessoa, incluindo as dimensões não profissionais da vida, por isso, o sentido do trabalho para o sujeito depende do entrosamento entre as questões subjetivas e as

sociais, não podendo ser reduzido só a satisfação das necessidades pessoais nem a realização dos objetivos propostos (Lhuilier, 2017).

O sistema social interfere no sentido do trabalho (Lhuilier, 2017), e nesse contexto, existe uma parcela de profissionais que são incumbidos de lidar com aquilo que é rejeitado, marginalizado ou esquecido pela sociedade. Por lidar com isso, eles são “esquecidos” e envoltos em mitos e discursos sobre seu fazer laboral. Frente à realidade, não existe valorização social de suas atividades e o sentido do trabalho deve ser reelaborado junto ao coletivo de trabalhadores (Lhuilier, 2009). Esses trabalhos são tidos como “trabalho sujo” (2017).

Termo cunhado por Hughes (1964), designa trabalhos que são desagradáveis fisicamente ou que remetem algo degradante que fere a dignidade ou as concepções morais humanas. No geral, relaciona-se mais com a opinião das pessoas sobre ele do que das características do trabalho em si (Ashforth & Kreiner, 1999). Assim, trabalhadores (as) de trabalhos incluídos nesse grupo precisam lidar com a falta de reconhecimento social, mas, no caso deles, a impossibilidade de se reconhecer em seu trabalho é a questão mais central. Uma vez que, reconhecer-se no próprio trabalho torna os profissionais do negativo psicossocial menos vulneráveis à falta de reconhecimento (Lhuilier, 2009).

Nesse sentido, o principal objetivo deste artigo é analisar a construção da identidade das trabalhadoras no trabalho sexual plataformizado. Partiu-se das seguintes questões: Quem são as mulheres que realizam o trabalho sexual dentro das plataformas? e, como elas consideram a atividade que realizam?

Método

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza exploratória (Gil, 2008). A coleta de dados foi realizada no período de janeiro a abril de 2024.

Participantes

Participaram da pesquisa 13 trabalhadoras sexuais que utilizam plataformas de venda de conteúdo erótico e/ou plataformas de webcamming. Para manter o sigilo das participantes, elas estão representadas com a letra P e um número.

Instrumentos

Realizaram-se entrevistas remotas semiestruturadas via Google Meet. Havia um roteiro de entrevista previamente definido, mas outros temas foram explorados à medida que a conversa fluía (Minayo, 2004). Nelas foram trabalhadas questões sobre a motivação para trabalhar nas plataformas, o sentido que esse trabalho possui para elas e quais suas perspectivas de futuro. A gravação do áudio foi realizada com o aplicativo "gravador de voz" no smartphone. De forma complementar, antes da entrevista, as participantes foram solicitadas a preencher um formulário no Google Forms contendo questões sociodemográficas para sua caracterização.

Procedimentos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba - CCS/UFPB, sob número de CAEE: 74916523.5.0000.5188.

A princípio, a pesquisa foi planejada para incluir apenas trabalhadoras de venda de conteúdo erótico por assinatura, excluindo os sites de streaming, pois estes envolvem atividades distintas. O contato com as possíveis participantes foi realizado da seguinte maneira: a pesquisadora acessava a página inicial da plataforma, observava os nomes das modelos indicadas no catálogo e buscava seus perfis no Instagram ou X (antigo Twitter) para estabelecer contato, uma vez que dentro das plataformas isso só era possível para assinantes.

Esse contato foi feito através do perfil pessoal da pesquisadora no Instagram, que foi mantido em modo público para gerar mais confiança de que não se tratava de um perfil falso. Uma mensagem padrão foi enviada a todas, e a resposta foi aguardada. Inicialmente, essa mensagem incluía o título da pesquisa, que continha o termo "trabalho sexual plataformizado".

Algumas mulheres questionaram o uso desse termo, associando-o à prostituição e afirmando que não era isso que faziam. Sobre isso, decidiu-se modificar a mensagem, utilizando o termo "venda de conteúdo erótico". No entanto, mesmo assim, houve muitas respostas afirmativas para participação, mas que não se concretizaram.

A partir da necessidade de ajustar a estratégia, foi publicado um post no Instagram pedindo que os colegas compartilhassem uma "foto convite" para a pesquisa. Isso resultou em duas novas participantes, sendo que uma delas tinha maior visibilidade nas redes sociais. Quando ela repostou a imagem, outra trabalhadora sexual e ativista, ainda mais influente, também fez a divulgação. A partir desse momento, as trabalhadoras começaram a entrar em contato através de mensagens no Instagram, se dispondo a contribuir com o estudo. Essas trabalhadoras vendiam o conteúdo por assinatura e/ou atuavam no webcamming, a partir desse ponto, optou-se por realizar entrevistas com todas as interessadas, abrangendo os critérios de inclusão do estudo.

As pesquisadoras Caminhas (2021) e Dal orto (2024) também relataram dificuldades em acessar o público das trabalhadoras sexuais digitais, como nesse estudo, suas pesquisas só avançaram quando uma participante validou a pesquisa, passando confiança. Antes de realizar a entrevista, as participantes preencheram um formulário no Google Forms com questões sociodemográficas e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido por meio dele. No início das entrevistas, esses pontos foram relembrados, incluindo a possibilidade de interromper a conversa a qualquer momento caso sentissem desconforto. A partir da falta de objeções, as entrevistas prosseguiam.

Análise dos dados

As entrevistas gravadas foram transcritas, e os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo temática, que envolve a separação do material em núcleos de sentido com base na frequência de ocorrência dos temas e na sua relação com os objetivos do estudo

(Minayo, 2004). Para discutir os resultados, utilizou-se a psicossociologia do trabalho articulada ao pensamento de Heleith Saffioti. Os tópicos abordados na entrevista foram: entrada e início na plataforma, sigilo no trabalho, impactos na vida pessoal, existência de coletivos de trabalhadoras, autoestima e perspectivas de futuro.

Resultados e discussão

Caracterização das trabalhadoras

Nesse tópico será apresentada a caracterização das trabalhadoras em tópicos descritivos para posterior análise dos dados. Elas são apresentadas com um P seguido de um número. A primeira trabalhadora aqui apresentada é *P1*- 31 anos, branca, bissexual, em uma união-estável, mãe de duas filhas, dona de casa e vendedora de cosméticos. Trabalha com venda de conteúdo erótico há 3 meses, com rendimento médio de R\$ 3.100,00 reais, relata que gasta em torno de 3 horas diárias na produção e acesso à plataforma. Entrou na plataforma após vídeos íntimos seus terem sido vazados, considera que fez do limão uma limonada (suas palavras). Trata o trabalho como algo que faz por prazer e não por necessidade, considera que é algo que está na moda e que, quando a moda acabar, ela sai da plataforma.

P2 - 21 anos, branca, heterossexual, namorando, ensino médio completo, tiktoker e design de sobrancelhas. Trabalha com de venda de conteúdo há 2 anos, com rendimento médio mensal de R\$2.000,00 reais. Entrou na plataforma após ver a mudança para melhor na vida de uma conhecida que entrou no ramo, considera que gasta poucas horas produzindo conteúdo e acessando a plataforma. Está com planos de se casar e após isso sair das plataformas para estudar e focar no design de sobrancelhas.

P3- 21 anos, negra, bissexual, pesquisadora, mestrande e não-monogâmica. Trabalha com venda de conteúdo há 4 anos, seu rendimento mensal varia de R\$600,00 reais a R\$2.000,00 reais. Essa variação decorre do comprometimento na produção do conteúdo, seu trabalho principal é o de pesquisadora, então nem sempre ela está atualizando seu material, o

que impacta diretamente nos ganhos financeiros. Não tem pretensão de parar pois para ela, a produção significou uma melhora na sua relação com o próprio corpo e lhe trouxe boas amizades, sendo algo muito leve.

P4- 31 anos, parda, bissexual, mãe de uma filha, doutoranda e palestrante, casada. Trabalha com venda de conteúdo há um ano e meio, seu rendimento mensal é entre R\$15.000,00 e 20.000,00 reais. O início na plataforma se deu mediante necessidade financeira após mudar de estado para fazer o doutorado, média de 2 ou 3 horas semanais de empenho à plataforma. Não tem pretensão de parar, mas almeja um concurso público como professora universitária.

P5- 34 anos, parda, lésbica, solteira, superior completo, modelista. Trabalha com webcamming há 4 anos com rendimento mensal de R\$3.000,00, passando em média 32 horas por mês no trabalho da plataforma. Iniciou no período da pandemia do COVID-19 alinhando o tempo livre na quarentena com uma curiosidade pré-existente.

P6- 30 anos, branca, lésbica, solteira, mestrado completo, paisagista. Trabalha com webcamming há um ano e meio, com rendimento mensal médio de R\$3.200,00 e carga horária mensal de 80 horas. Iniciou na plataforma para complementar a renda, ainda não tem pretensão de sair do webcamming.

P7- 33 anos, branca, bissexual, solteira, superior completo, mãe de dois filhos. Realiza o trabalho sexual na venda de conteúdo e na massagem erótica. A renda mensal referente a plataforma é de em média R\$15.000,00. Está na plataforma há um ano, com média de 4hrs diárias de empenho. Não pretende sair do trabalho sexual no momento, mas cogita que em algum momento ela vai se cansar e por isso pretende juntar algum dinheiro.

P8- 33 anos, branca, bissexual, namorando, superior completo. Trabalha com venda de conteúdo e webcamming há 3 anos, a renda mensal média nas duas plataformas é entre

R\$2.000,00 e 3.000,00 reais, com dedicação de 8h por dia para as lives. Pretende crescer mais na área, ter mais seguidores e fazer mais lives.

P9- 25 anos, branca, bissexual, casada, superior completo, paisagista. Trabalha com venda de conteúdo há 8 meses, com renda mensal média de R\$10.000,00. Pretende construir carreira na área da venda de conteúdo, ter um perfil maior e mais conhecido, com investimento em marketing e produção.

P10- 29 anos, branca, bissexual, solteira, superior completo, analista de mídias. Trabalha com venda de conteúdo e webcamming há 7 meses, com renda mensal de R\$1.800,00 das duas plataformas. Gasta em média 22 horas semanais com produção, atendimento e movimentação das redes. Iniciou como completo de renda, tem objetivo de crescer mais na plataforma de venda de conteúdo e de vender mais fora das plataformas, para ela, produzir conteúdo satisfaz sua necessidade de criação.

P11- 24 anos, parda, bissexual, casada, ensino médio completo. Vende conteúdo há 3 anos e é assistente de outras trabalhadoras que também vendem, sua renda varia entre R\$2.000,00 e 20.000,00 reais, a depender do seu empenho em produzir o conteúdo. Gasta em média 3 ou 4 horas diárias no trabalho. Pretende continuar no trabalho sexual e expandir para outras áreas como produção e direção de filmes pornôs.

P12- 28 anos, branca, transsexual, bissexual, solteira, superior incompleto e programadora de software. Vende conteúdo há três meses, gasta entre 8 e 20 horas semanais na produção do conteúdo, variando a depender do tipo de conteúdo. Pretende crescer na área produzindo um conteúdo que considera em falta no pornô brasileiro.

P13- 37 anos, branca, bissexual, casada, mãe de dois(as) filhos(as), superior incompleto. Trabalha com webcamming há 4 anos, renda mensal média de 2.500 dólares, tempo médio de trabalho de 8 horas diárias. Trabalhava como prostituta, mas depois ficou apenas no webcamming. Pretende sair da plataforma quando conseguir um emprego na área

que deseja, mas relatou que, mesmo saindo, pretende entrar na plataforma sem as obrigações que tem hoje, apenas para conversar com as amizades que fez.

Esse estudo contou com um maior número de participantes brancas e com ensino superior completo ou incompleto. Historicamente, a população negra sofre com o racismo que as deixa em desvantagem no que diz respeito à educação, trabalho e até o lazer (Gonzalez, 2020). Ainda hoje, essa população tem menor escolaridade e menores rendimentos que a população branca. Os itens que viabilizam o trabalho sexual nas plataformas não são acessíveis para todas as pessoas. O trabalho sexual em plataformas requer instrumentos mínimos como: internet estável, um bom celular e/ou notebook ou computador e/ou uma boa câmeras. Sendo essa uma hipótese sobre os dados de raça e escolaridade acessados nessa pesquisa. Em contraponto, uma pesquisa com 4.328 trabalhadoras sexuais da prostituição apresentou que 21,7% eram brancas e 78,3% não-brancas (Braga, Szwarcwald & Damacena, 2020).

O tempo de atividade na plataforma foi variável, mas boa parte delas entraram no período da pandemia do COVID-19. Esse período é referenciado como o momento que impulsionou o mercado de venda de conteúdo erótico por assinatura (Rocha, 2022). E, por mais que se pensasse ser uma moda passageira, a continuidade das profissionais nessa atividade mostra que não. O trabalho na venda de conteúdo envolve conhecimentos de marketing, funcionamento de mídias digitais, fotografia e audiovisual, tornando-se atrativo para quem possui interesse nessas áreas.

Algumas delas realizam outra atividade profissional além do trabalho sexual e/ou realizam mais de uma modalidade de trabalho sexual. Esse dado é um indicador de que o salário-mínimo comumente oferecido nos postos de trabalho é insuficiente para suprir as necessidades da população brasileira. Ainda que, neste estudo, o trabalho sexual nas plataformas apresente um rendimento maior que o salário-mínimo, ele também ainda é insuficiente para a maior parte das participantes do estudo. Tendo em vista que algumas delas

possuem mais de uma atividade profissional ou atuam simultaneamente em mais de uma plataforma.

Das participantes apenas uma é heterossexual, duas são lésbicas e dez são bissexuais. Um dos estereótipos sobre o trabalho sexual é que as trabalhadoras são mulheres solteiras e que ninguém assumiria um relacionamento com elas. Nessa pesquisa, o geral dos dados mostra que, cinco participantes são solteiras e oito estão em algum tipo de relacionamento, contrariando essa ideia. Apenas uma das participantes é uma mulher trans, isso não significa que elas não estão no trabalho sexual nas plataformas, entretanto, o cadastro nos sites requer a documentação atualizada. Ainda que a carteira de nome social seja um serviço ofertado no Brasil, ele ainda não é acessado por todas (Larratea, 2016).

Entrada e início na plataforma

Os motivos e objetivos para se realizar determinada atividade podem ser encontrados na história de vida dessas trabalhadoras, que inclui as dimensões profissionais e não profissionais. Para reconhecer esses dois, é preciso estar aberto(a) à singularidade da trajetória de cada um(a) (Lhuilier, 2017). Em parte dos relatos, é possível identificar que as participantes possuíam algum tipo de aproximação com o erotismo e com as câmeras. Seja através da escrita de contos eróticos, ou pelo gosto de tirar fotos sensuais espontaneamente sem visar ganhos financeiros, algumas tinham o costume de gravar suas relações apenas por prazer e acabaram vendo uma oportunidade de monetizar algo que já realizavam. Para a participante trans, gravar suas relações carregava um sentido e prazer a mais, pois a permitia se ver nos vídeos em sua figura feminina.

Apenas três participantes tinham experiência prévia com a prostituição, mas apenas uma delas está conciliando os dois tipos de trabalho sexual. Isso corrobora com o exposto por Jones (2015) de que o trabalho sexual online atrai trabalhadores(as) que antes não cogitavam realizar um trabalho sexual. Outras participantes, ainda que não tivessem aproximação com a

temática do erótico/sexual, ao ver casos de melhora de vida de pessoas próximas por conta desse trabalho, acabaram se interessando e vendo nele uma possibilidade de melhora de vida.

O discurso social sobre o trabalho sexual nas plataformas passa uma ideia de trabalho fácil e extremamente lucrativo. É comum se deparar com conteúdo e falas que incentivam a entrada nesse mercado e isso foi citado por duas entrevistadas: “Eu acho que toda menina tem um pouco dessa pressão, assim, né? Tipo, toda menina jovem... Ah, por que você não vende conteúdo? (p.10)” E “Os meus amigos às vezes brincavam, falavam, ai, você é tão bonita, porque você não abre um [plataforma] e tal, imagina, uma professora, aquela coisa, né (p.9)”.

Além desses aspectos, a violência de gênero e o assédio também se fizeram presentes no processo dessa escolha. Uma das participantes resolveu entrar nas plataformas depois que vídeos íntimos seus foram divulgados em sua cidade motivados por vingança de uma mulher. Ela afirma que depois que o susto passou, as pessoas de sua cidade começaram a contratá-la para fazer divulgações de alguns produtos, então ela resolveu transformar essa adversidade em rendimentos. Além dessa situação, foram citadas experiências de assédio em outros locais em que trabalharam, locais esses que nada tinham relação com o trabalho sexual. Nesses espaços elas passavam por situações desconfortáveis com seus chefes, como exemplificado no trecho da fala de um antigo chefe para uma entrevistada: “A única pessoa que falta pra eu comer aqui é você. Você podia ter ganhado 6 mil reais. Você não tá vendo? (p8)”

Esse tipo de queixa é um exemplo dentre vários das manifestações de opressão de gênero que perpassam a vida de várias mulheres, quer seja pela violência ou pelo feminicídio. São exemplos que não podem ser explicados apenas pelas relações de classe, precisa-se articulá-los às categorias de opressão e exploração (Martínez, 2021). Tradicionalmente espera-se da mulher à submissão ao homem e isso reflete na desigualdade de gênero (Saffioti, 1976). Apesar dos avanços, essa desigualdade ainda é uma realidade presente também nas relações de trabalho, podendo mostrar-se no assédio sexual, como visto no trecho acima, que afeta a

dignidade dos (as) trabalhadores (as) e causa danos físicos e/ou psíquicos (Tristão & Almeida, 2021).

O início na plataforma envolve estudos e pesquisas para entender como funciona a dinâmica do trabalho. Essas informações estão disponíveis na internet de forma gratuita ou paga, é possível encontrar vídeos, ebooks, cursos e mentoria. Além disso, algumas participantes também contaram com a ajuda de alguém com mais experiência na área. Como pode ser visto no trecho: “Pra mim não foi muito difícil por eu ter o suporte de alguém que já trabalhava na plataforma, mas foi melindroso porque eu precisei ali descobrir as minhas maneiras de ir operando dentro do espaço, sabe? (p6)”

Mesmo com esse preparo anterior, com os estudos e a ajuda, esse início pode ser complicado até que elas assentem seu modo de trabalhar e seu personagem. Nos relatos das camgirls, foi citado que os clientes percebem quando elas são novatas e isso as deixa mais vulneráveis a possíveis golpes. Eles costumam pedir que elas façam atos que são proibidos dentro das plataformas pois supõem que elas não sabem as regras e/ou tentam enganá-las na conversa para que façam gratuitamente coisas que deveriam ser feitas no chat pago. Com a experiência, elas conseguem diferenciar os clientes e perceber prontamente, por exemplo, aqueles que não estão na plataforma para gastar dinheiro, ou seja, os que não valem a pena o esforço.

Repercussões do trabalho na vida pessoal

Exercer o trabalho sexual implica muitas vezes na solidão de não expor aos outros sua atividade ou só dizer a algumas pessoas de seu convívio. Nesse estudo, nenhuma das participantes trabalhava em completo anonimato, sem ninguém saber. No caso das participantes do estudo, pelo menos amigas(os) sabiam. Uma parte delas esconde da família de primeiro grau (pai, mãe etc.), mas o restante, além de compartilhar a informação, também

recebe apoio da mesma. Esse apoio, quer seja de amigos, quer seja da família, é muito importante para que a trabalhadora exerça o trabalho com maior confiança e segurança.

Eu avalio a minha segurança, mas hoje eu compartilho muito mais, porque eu acho que é importante as pessoas saberem que a gente tá no meio deles e que, tipo, EXISTE. Come, dorme, fuma e é feliz também, né? Então, eu falo. Quando eu me sinto segura, hoje eu falo para todos. A não ser que eu sempre entenda uma situação que é melhor não (p11).

Houve relatos de namorados(as) que romperam o relacionamento e amizades que se distanciaram por conta do trabalho sexual, elas respeitaram a decisão dessas pessoas e seguiram na atividade. Uma das participantes relatou que três namoradas lhe deram o ultimato para que ela saísse da plataforma de webcamming caso quisesse continuar a relação. Ela afirma que essa situação tem um impacto na sua decisão de se organizar para não exercer mais o trabalho sexual. Segue trecho dessa entrevista: “pra ser muito sincera é quase uma tortura pra mim ter que fazer isso, mas é o que complementa a renda (p5).”

O impacto negativo que o trabalho teve nas relações pessoais dessa participante, acrescido da falta de contato com outras trabalhadoras, tornou o trabalho “uma tortura”. A distância entre o que se gostaria de fazer e o que não se pode fazer tem um custo psíquico. Essa crítica voltada à própria atividade gera um incômodo, a sensação de que se é “obrigada” a realizar o trabalho sujo. Sustentar a realização de um “trabalho sujo” só é possível se a trabalhadora consegue subverter essa ideia e considerar que realiza um “bom trabalho”. Essa subversão só é possível quando se tem pares para重构 o sentido do trabalho. Reconhecer a si mesma no trabalho é uma questão mais essencial do que a falta de reconhecimento social, quando se tem o primeiro torna-se menos vulnerável ao segundo (Lhuilier, 2009).

Como apontado anteriormente, entre as participantes se encontram mulheres que são acadêmicas e que não escondem a atividade que exercem, uma delas que está no mestrado foi

aconselhada a sair das plataformas para não impactar sua carreira em ascensão na academia enquanto outra, que é doutoranda e possui anos de estudo na área, já está lidando com o lugar do negativo psicossocial do trabalho sexual, seguem trechos da entrevista dela:

Eu saí da cena acadêmica em geral [...] de ser retirada de evento, de pessoas vir contratar minha formação e quando ver que eu tenho [nome da plataforma] ‘não quero o nome dessa pessoa aqui’, [...] então impactou muito na minha vida acadêmica, mas o que é que a gente recebe na vida acadêmica? A maioria dessas formações eram não remuneradas, então assim, financeiramente não tem impacto, porque a gente trabalha de graça na universidade [...]. Então, eu vi assim meu nome sumir, se você ver 2022 o tanto de palestra, atividade, live, e some de repente, porque realmente as pessoas evitam essa presença né. Não é mais fulana, doutoranda, que pesquisa tal, é uma prostituta (P4).

Apesar desse impacto, a participante tem discernimento sobre sua escolha em permanecer no trabalho sexual:

Eu acho que as pessoas que falam muito sobre o trabalho sexual e não conhecem a realidade da mulher negra mesmo no brasil e aí eu falo do meu lugar específico, essas pessoas nunca se solidarizaram quando eu era empregada doméstica [...] nunca se solidarizaram quando eu trabalhava dez horas por dia numa lanchonete e tinha que ir pra faculdade pela manhã e cuidar da minha filha, ao contrário, diziam essa menina é uma guerreira, no máximo. então nunca teve solidariedade das pessoas que me julgam [...]

Um dos lugares que a sociedade coloca como o espaço da mulher negra no quesito profissional é o de empregada doméstica. O racismo coloca esse lugar como o natural da mulher negra (Gonzalez, 2020), ou seja, é uma atividade compreensível e natural para ela e essa fala reflete isso. Mesmo sendo um trabalho mal remunerado, ele tem um reconhecimento social no

sentido de que se considera adequado que as mulheres o desempenhem (Juliano, 2005). Quando essa participante entra no trabalho sexual e consegue ascender socialmente, ela se encontra com o lugar do negativo psicossocial advindo da atividade como trabalhadora sexual.

[...] quando eu to na plataforma, eu tenho uma ideia muito certa de ser temporário, mas tenho alguns objetivos financeiros a cumprir é.. e eu fico pensando assim, é, essas pessoas não sabem o que é passar fome, não sabem o que é problema, então o julgamento das pessoas da universidade não me atravessa, porque antes de ser acadêmica eu sou uma pessoa pobre e aí isso pesa muito pra mim (p4).

O sistema capitalista, baseado na exploração da classe trabalhadora, tenta justificar as desigualdades sociais disseminando narrativas de que determinadas categorias sociais têm menos potencialidades que outras. Usa-se o argumento de que características naturais, como sexo e raça/etnia seriam a justificativa das desigualdades. Dessa forma, tenta eximir-se de sua culpa, já que é o próprio sistema, com sua divisão de classes, que limita as oportunidades de certos grupos (Saffiotti, 1976). Os julgamentos por ser trabalhadora sexual e ocupar um espaço do negativo psicossocial tornam-se indiferentes diante de sua vivência de pessoa pobre que conseguiu burlar o sistema e ascender. E ela não ascende sozinha, seus ganhos financeiros refletem em sua família.

Identidade profissional

Esse tipo de plataforma procura evitar se associar aos termos “trabalho sexual” e “prostituição” usando em suas propagandas e divulgações os termos “criadores”, “influenciadores”, “empreendedores” usando eufemismos para esconder um trabalho que é considerado sujo pela sociedade. Isso implica na dificuldade de fazer a vinculação dessa atividade com o trabalho sexual por parte de algumas trabalhadoras, as vezes nem a associam a um trabalho. No caso desta pesquisa, apenas duas participantes não consideraram trabalho sexual, o que pode ser visto nos trechos: “Hoje pra mim é uma brincadeira lucrativa (p1).” E

“vamos dizer assim trabalho de modelo, modelagem porque você está vendendo a sua imagem, entendeu? (p2)”

Entretanto, como foi exposto antes, o restante das participantes veio até a pesquisadora através das redes sociais de uma ativista do trabalho sexual, então supôs-se que elas já tinham algum entendimento sobre essa questão. De fato, isso foi confirmado nas entrevistas, como segue no trecho: “Algumas fazem essa distinção ‘ah porque é conteúdo online, não sou uma puta’, sim eu sou puta! eu sou puta (p3).” Entretanto, essa concepção nem sempre veio desde o início no trabalho, para algumas foi algo que foi sendo construído com o tempo.

Quando eu comecei a trabalhar com isso eu falava: “ai eu sou criadora de conteúdo, ai não, eu sou não sei o que”, eu tentava arrumar várias palavras que me afastassem dessa ideia de que o que eu vivia era sexo e era o meu corpo e a energia sexual e performance sexual. Hoje eu adoro muito muito isso, mas demorei, demorei um tempo para me diferenciar (P11).

O trecho acima mostra que a trabalhadora reconhece que usava metáforas (“várias palavras”) para amortizar o sentido do que faz (“o que eu vivia era sexo”). Segundo Lhuilier (2009) a construção da identidade profissional é um processo dinâmico que depende da profissão e do ofício. A primeira refere-se à imagem e ao lugar que a função é ocupada hierarquicamente na sociedade e o segundo é construído na atividade. A qualificação relaciona-se aos atributos profissionais reconhecidos socialmente e as competências referem-se ao que é desenvolvido na situação de trabalho. O ofício é renovado constantemente nos contextos de trabalho a partir do coletivo e seus conflitos e a nível pessoal pela mobilização dos recursos e desejos individuais. Para Clot e Lhuilier (2006 citado por Lhuilier, 2009) essa identidade no tocante ao trabalho sobre o negativo psicossocial não é resultado de um processo individual, ela se baseia na construção do sentido do trabalho a ser realizado e na validação social.

A vivência no trabalho sujo possibilita uma visão crítica diante das hierarquias sociais, sendo o espaço coletivo o local onde é possível construir novas referências e valores sobre o trabalho, visando subverter esse trabalho em atos úteis ou gratificantes. É na atividade compartilhada que se firma o compromisso de, mesmo diante das contradições e tensões, transformar a realidade (Lhuilier, 2009).

Eu gosto de pra mim pelo menos, sozinha assim, ter essa tranquilidade em falar sim eu sou puta, sabe? Que eu sou trabalhadora sexual e isso me dá vontade de ir em vários eventos e de inclusive me engajar, sabe? Eu fiquei pensando muito em relação ao que tava rolando sobre as discussões dos ubers, dos trabalhadores de aplicativo e eu fiquei muito nessa noia “nossa se o trabalho sexual não fosse um grande tabu a gente provavelmente taria conseguindo ter essas discussões com essas plataformas, sabe?

(P6)

O trecho da entrevista acima mostra que as trabalhadoras identificam a divisão hierárquica social dos trabalhos e que estão conscientes de que o trabalho sexual é sujo para a sociedade, mas não para elas. Além disso, concordam que o coletivo é o espaço para o fortalecimento da identidade de trabalhadora sexual e para luta pelo reconhecimento dos direitos.

Coletivos invisíveis de trabalho

No trabalho sexual plataformizado, os coletivos vão se formando através dos cursos e mentorias realizados de forma grupal. Geralmente esses cursos são oferecidos por outras trabalhadoras e, a partir deles, elas vão construindo uma rede de colegas onde podem trocar informações, dicas e divulgações (uma divulgar o perfil da outra no seu próprio perfil).

Isso demonstra que, ainda que seja um trabalho predominantemente realizado de forma individual, elas contam com coletivos invisíveis. Assim, o trabalho não perde sua característica base que é ser uma atividade social que é realizada com os outros e para os outros. Essa

construção de pequenos coletivos de trabalho ou redes de apoio a partir desses cursos são importantes para a construção da identidade profissional e a discussão das similaridades e diferenças na atividade que realizam (Lhuilier, 2013).

Segundo Lhuilier (2009), trabalhadores(as) de trabalhos sujos estão habituados a não ter o reconhecimento social, entretanto, não reconhecer sua atividade como boa, útil e importante é bastante nocivo. Por sua vez, a noção de “bom trabalho” não existe isenta de referências, ela envolve o ponto de vista do sujeito ligado a “diversos mundos e os diferentes tempos da história (p.304)”. É por isso que não se pode reduzir o valor que é dado à atividade à mera satisfação das necessidades pessoais e à conformidade aos modelos sociais (Lhuilier, 2017).

O caminho para construir o reconhecimento pessoal está nos coletivos de trabalho e nas reconstruções que são feitas entre os pares que fortalecem a identidade profissional. Esses coletivos são importantíssimos para levantar questões sobre segurança e direitos das trabalhadoras, indo além das discussões que estigmatizam e reduzem a realidade do trabalho sexual a uma só (Lhuilier, 2009).

As organizações sindicais de trabalhadoras sexuais do brasil são bem consolidadas e reconhecidas, à vista disso, uma das indagações dessa pesquisa era sobre a existência de coletivos de trabalhadoras sexuais digitais. As trabalhadoras citaram que a forma mais comum de contato umas com as outras é para troca de divulgação, inclusive essa ação pode ser paga, outro caso é a realização de trabalhos em parceria, ou seja, produzir conteúdo em conjunto. Vale pontuar que essa é também uma estratégia para manter os seguidores, porque depois de um tempo o conteúdo pode ficar repetitivo, então essas parcerias ajudam a trazer algo novo. Foram citados grupos em aplicativos de mensagens de trabalhadoras sobre troca de experiências e/ou divulgação, só que eles foram citados como algo positivo, mas

sim como algo que desestimulava o trabalho já que as discussões giravam em torno de como a plataforma estava “ruim” e que são grupos que você precisa ter “cautela (P10)” ao entrar.

Houve ainda respostas sobre companheirismo entre trabalhadoras que construíram relações de amizade dentro do meio, no sentido de pequenas redes de apoio que ajudam na escuta; que as defendem; na troca de informações sobre o trabalho e houve também relatos de trabalhadoras que são psicólogas e oferecem ajuda profissional. Uma das participantes (P11) faz parte de um grupo de criadoras norte-americanas onde elas trocam informações de todo tipo sobre o trabalho, segurança, impostos, como precificar, como identificar se o cliente é mal-intencionado etc. Ela começou no trabalho sexual sem ninguém para mediar, algumas pessoas desse grupo viram seu perfil e ofereceram ajuda gratuitamente, ela relata que isso aconteceu antes das plataformas por assinatura ficarem conhecidas, hoje, como a concorrência é maior, essas ações são vendidas como mentorias.

Esta fala explana sobre alguns desafios da construção de um coletivo de trabalhadoras sexuais digitais:

A gente tem que tá debatendo com pessoas que, primeiro, estão na plataforma, mas tem um preconceito muito grande contra as prostitutas, então não se reconhece como trabalhadora sexual, vem com discurso também ilusório de enriquecimento nas plataformas é, um discurso que é muito falso se a gente for pensar na realidade da maioria (P4).

Por se tratar do negativo psicossocial, algumas trabalhadoras não expõem abertamente com o que trabalham com vistas a evitar as possíveis reverberações negativas que podem acontecer. Isso gera um sentimento de solidão por não ter contato com colegas de trabalho e o enfraquecimento dos coletivos de trabalho, pois se elas não conhecem outras, como vão se organizar? O que pode ser visto no trecho: “[...]Outras mulheres cis que trabalhem com a

plataforma eu nem conheço na cidade, então é uma coisa que eu acabo me sentindo um pouco mais solitária (P6).”

Outros trabalhos por plataforma já estão começando a se articular para lutar por direitos, como exemplo os motoristas por aplicativo (Pereira & Silva, 2024), entretanto dificilmente a pauta de trabalhadoras sexuais cientes de seus direitos consegue visibilidade pública e apoiadores. Apesar disso, é possível ver um movimento de trabalhadoras sexuais e pesquisadoras que atuam no fortalecimento da identidade das trabalhadoras sexuais das plataformas a partir de seus perfis nas redes sociais digitais, que foram apontados pelas participantes como “espaços” de discussão e debate sobre o trabalho e direitos, o que pode se constituir como “coletivos invisíveis”.

Algumas dessas pesquisadoras e/ou trabalhadoras sexuais já atuavam com organizações de trabalhadoras sexuais presenciais e foi identificado que essas pessoas promovem cursos sobre direitos das trabalhadoras sexuais; promovem discussões sobre o trabalho e se disponibilizam para tirar dúvidas; constroem redes de apoio com profissionais de diferentes áreas etc. As mobilizações acontecem digitalmente, então quanto mais compartilhadas, mais trabalhadoras serão alcançadas.

Perspectivas de futuro

No trabalho sexual as trabalhadoras são vistas como vítimas que buscam a salvação ao mesmo tempo que são marginalizadas e tidas como pecadoras (Juliano, 2005). Assim, para uma parcela da sociedade, é difícil imaginar que alguém vai permanecer no trabalho sexual tendo outras opções de trabalho. Entretanto, nesse estudo, algumas trabalhadoras não possuem intenção de sair dele, ainda que tenham outro trabalho ou possuam alguma graduação.

Algumas falas relatam que o trabalho sexual nas plataformas tem lhe proporcionado liberdade; outras relatam que lhes permite suprir uma necessidade de criação de arte; e, foi citado por uma das trabalhadoras diagnosticada com transtorno do espectro autista como um

espaço de cura e desenvolvimento e reapropriação do mundo com a linguagem dela. Em relação às perspectivas de futuro dentro do trabalho sexual, onde foi questionado se elas tinham planos de sair dele ou não, houve diferenças nas respostas das participantes que consideravam um trabalho e das que não. Segue o trecho da fala da P2:

Porque se eu casar eu acho que eu não quero eu acho que eu não quero tá nisso ainda [...] aí depois eu vou tá casada e vai ter esse negócio todo sabe, eu postando coisas da minha vida e depois ta postando link da plataforma nos stories e eu casada sabe, se eu postar um vídeo acompanhada todo mundo vai saber que o cara é meu marido (P2).

Essa fala tem um resquício do estigma que se tem da trabalhadora sexual como uma mulher solteira e reflete a socialização feminina mais clássica onde o casamento ocupa um lugar central na vida da mulher (Saffiotti, 1976) ficando outras áreas, como o trabalho, em segundo plano. Além desses, algumas tem planos de sair do trabalho sexual quando atingirem determinado objetivo financeiro e/ou profissional.

Mais de uma participante pretende fazer carreira dentro do trabalho sexual, quer seja produzindo cada vez mais conteúdo ou conseguindo mais clientes no webcaming, dessa forma monetizando mais o trabalho. Ou ainda, expandindo para outras áreas dentro do mercado do sexo, como dirigir e atuar em filmes, para além da produção do próprio conteúdo, como pode ser visto na fala abaixo:

Hoje eu vejo isso enquanto uma um trabalho de vida assim mesmo de pra sempre. Vejo todos os lugares onde eu gostaria de evoluir, tenho muito interesse de um dia poder ser diretora de fotografia. Eu já dirijo e já roteirizo meus próprios vídeos, mas gostaria de realmente ir pra esse lugar tanto de estar dirigindo quanto atuando (p11).

Autoestima

O tópico da autoestima apareceu em alguns relatos no tocante ao ato de gravar/capturar a própria imagem aparece como forma de conhecer o próprio corpo, aprender quais são os

melhores ângulos, quais áreas lhe dão prazer, descobrindo também novos gostos sexuais a partir do trabalho realizado. Esse processo aparece como agriadoce, já que nem sempre gostam do conteúdo que produzem, mas ele as permite, em certo ponto, olhar para si mesma com mais afeto. Ele também foi citado na forma mais conhecida da autoestima de se sentir mais bonita fisicamente e mais desejada.

Para a participante trans, o impacto aparece como positivo quando ela se vê nas imagens enquanto mulher. O trabalho sexual, para as pessoas trans/travestis, é um espaço de produção da feminilidade. A construção dessa feminilidade passa pela ideia do corpo feminino e nos investimentos com a beleza e a sensualidade. O trabalho é um espaço propício à criatividade durante essa construção (Longaray & Ribeiro, 2016).

Eu acho que por ser uma pessoa trans também a gente tem muito problema com a nossa própria imagem [...] tudo que era traço masculino em mim era um motivo de sofrimento [...] isso me ajuda a me reivindicar também dentro da minha mulheridade e eu acho que nesse ponto assim é bem positivo sim (P12).

Todavia, o impacto negativo desse trabalho na autoestima também foi citado, estando intrinsecamente relacionado à raça da participante e ao trabalho que ela desenvolve em suas redes sociais onde fala abertamente sobre o racismo e discute questões sobre branquitude. Quanto maior a visibilidade nas redes sociais digitais em termos de número de seguidores e engajamento, mais a trabalhadora fica vulnerável e sujeita a ataques, como se segue no trecho da entrevista abaixo. Outras participantes também citaram ter recebido algumas mensagens maldosas em suas redes sociais digitais abertas.

Essa semana mesmo eu sofri um ataque bem racista, dizendo que minhas partes eram pretas demais e que eu tinha cara de quem tinha DST, que eu cheirava a HIV, então assim, isso afeta muito a autoestima de uma pessoa o tempo todo. Então acho que os haters atingem muito minha autoestima no negativo (p4).

O padrão de beleza estabelecido socialmente é um padrão branco, tornando-se algo inalcançável para as mulheres negras. A negação do negro e de seus traços é algo historicamente incentivado, o sentimento de inferioridade e a visão negativa de si são enraizados a partir de uma cultura colonizadora. Dessa forma, o racismo afeta a estética negra há muito tempo, sendo nocivo para a saúde mental das mulheres negras, causando complexos de inferioridade, insegurança e ansiedade. Nesse sentido, se autodeclarar enquanto mulher negra requer um processo de autoconhecimento, de si mesma, de sua história e de como a sociedade a enxerga (Queiroz, 2019).

Considerações finais

A partir dos resultados do estudo foi possível identificar que a construção da identidade de trabalhadora sexual não acontece de forma automática e que é diferente para cada trabalhadora. Essa identidade aparece mais fortalecida para as trabalhadoras que têm contato com as discussões das ativistas do trabalho sexual. Ainda que se reconheçam como trabalhadoras sexuais, algumas delas podem optar por não expor que realizam essa atividade.

Apesar de ser um trabalho em tese feito só, ele esconde um coletivo invisível de trabalho que envolve não só as trabalhadoras, mas também os clientes e a relação com a plataforma. Foi possível identificar nas falas que as trabalhadoras constroem maneiras de se conectarem umas com as outras através dos cursos, mentorias, divulgações e grupos, além disso, as participantes do estudo mostraram-se interessadas nas discussões sobre o trabalho sexual, se aproximando como podem de ativistas e pesquisadoras. Isso corrobora com a ideia de que o trabalho é sim social e que a força está no coletivo, mesmo que ainda incipiente, existe o esforço para que ele cresça e as pautas das trabalhadoras sexuais digitais sejam ouvidas.

Esse estudo não teve a pretensão de esgotar a temática do trabalho sexual nas plataformas digitais, sugere-se a realização de outras pesquisas voltadas para pessoas transgênero, não-binárias e homens cis. Indica-se também a realização de estudos voltados para

a saúde mental dessas (es) trabalhadoras (es) e estudos que investiguem o trabalho emocional que é feito com os (as) clientes dentro desses espaços.

Referências

- Ashforth, B. E., Kreiner, G. E. (1999). "How Can You Do It?": Dirty Work and the Challenge of Constructing a Positive Identity. *The Academy of Management Review*, 24, 3, 413-434. <https://doi.org/10.2307/259134>
- Bindman, J., Doezena, J. (1997). Redefining Prostitution as Sex Work on the International Agenda. *Network of Sex Work Projects*.
<https://www.walnet.org/csis/papers/redefining.html>
- Blanchette, T., & da Silva, A. (2018). Classy Whores: Intersections of Class, Gender, and Sex Work in the Ideologies of the Putafeminista Movement in Brazil. *Contexto internacional*, 40(3), p.549-571. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2018400300007>
- Braga, L. P., Szwarcwald, C. L., Damacena, G. N. (2020). Caracterização de mulheres trabalhadoras do sexo em capitais brasileiras, 2016. *Epidemiol. Serv. Saude*, Brasília, 29(4), 1-13. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000400002>
- Caminhas, L. (2021). Webcamming erótico comercial: nova face dos mercados do sexo nacionais. *Rev. antropol.* (São Paulo, Online), 64(1), 1-22. <http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.184482>
- Dal'orto, C. (2024). Entre o antropológico e o porno-erótico: notas etnográficas de uma antropólogacamgirl sobre trabalho sexual platformizado. *Horiz. antropol.*, P 30(68), 1-36. <https://doi.org/10.1590/1806-9983e680406>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6^a ed.). Editora Atlas.
- Goffman, E. (2004). *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Sabotagem.

- Gonzalez, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. Zahar.
- Hughes, E. C. (1964). *Men and their work*. (2nd ed.). The Free Press, A Corporation.
- Hunt, L. (1999). *A invenção da pornografia, obscenidade e as origens da modernidade 1500-1800*. Hedra.
- Juliano, D. (2005). El trabajo sexual en la mira, polémicas e esteriotipos. *Cadernos pagu* 25(1), 79-106. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200004>
- Larratea, L. (2016). Política pública, gênero e carteira de nome social. *Anais XII CONAGES*. Campina Grande: Realize Editora.
<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18640>
- Lhuilier, D. (2009). Travail du négatif – travail sur le négatif (Barros, V. A. Trad). Education Permanente dossier Travail aux marges um cordon sanitaire pour la Société?, 179 (2009-2), 39-57.
- Lhuilier, D. (2017). O agir em psicossociologia do trabalho. *Psicologia em revista*, 23(1), 295-311. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p295-311>
- Longaray, D., & Ribeiro, P. (2016). Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. *Estudos Feministas*, 24(3), p.761-184.
<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p761>
- Martinez, J. (2021). Feminismo, interseccionalidade e marxismo: debates sobre gênero, raça e classe. In: Parks, L., Assis, O. & Cacau, C. (Orgs.). *Mulheres negras e marxismo* (pp.257-270). Iskra.
- Minayo, M. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. HUCITEC.
- Queiroz, R. (2019). Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. *Cad. Gên. Tecnol.*, 12(40), p.213-229.
- Rocha, G. (2022). Mercado do OnlyFans cresce durante pandemia. *Jornalismo IESB*.
<http://jornalismo.iesb.br/destaque1/mercado-do-onlyfans-cresce-durante-pandemia/>

- Prada, M. (2018). *Putafeminista*. Veneta.
- Saffioti, H. (1976). *A mulher na sociedade de classes*. Vozes.
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado e violência*. Expressão popular: Fundação Perseu Abramo.
- Sarmet, E. (2014). Pós-pornô, dissidência sexual e a situación cuir latino-americana: pontos de partida para o debate. *Periódicus*, 1(1), 258–276.
<https://doi.org/10.9771/peri.v1i1.10175>
- Tristão, A. & Almeida, V. (2021). Assédio sexual contra as mulheres nas relações de trabalho: um panorama da jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 15^a Região. *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, 24(47), p. 63-85.
<https://doi.org/10.5752/P.2318-7999.2021v24n47p63-85>

Considerações finais

O presente estudo buscou analisar a atividade do trabalho sexual em plataformas digitais a partir da experiência das trabalhadoras. Assim, conversou-se com trabalhadoras que vendem conteúdo erótico nas plataformas e trabalhadoras de webcamming. Utilizou-se o aporte teórico da psicossociologia do trabalho intercalada às discussões sobre os trabalhos em plataformas digitais.

Alinhado aos objetivos específicos, foi realizada uma revisão da literatura em língua portuguesa sobre o trabalho sexual, intitulada de “*Mulheres e trabalho sexual: Uma revisão da produção científica*”. Os resultados mostraram que a maior parte dos artigos produzidos discutem o trabalho sexual na modalidade da prostituição, o trabalho sexual nas plataformas aparece, mas em menor número. A literatura aponta que essas trabalhadoras precisam lidar constantemente com o estigma da profissão. Os cuidados com a prevenção de IST's foi uma temática bastante discutida pelos artigos, mostrando que o contato entre as trabalhadoras e os postos de saúde do SUS é algo frequente.

O caráter social do trabalho estava representado nos artigos, quer fosse no contato com clientes, com as colegas de trabalho e nas pessoas que dependem financeiramente das trabalhadoras. O processo de criação de estratégias para lidar com clientes e diminuir os riscos do trabalho foram citados, mostrando a criatividade das trabalhadoras e o poder da coletividade que elas vão construindo. O processo de construção do sentido desse trabalho foi visto dentro de sua complexidade, não é um trabalho reconhecido pela sociedade com prestígio. Ainda assim, elas conseguem fortalecer a identidade profissional e construir o sentido no contato com colegas e com os coletivos de trabalhadoras.

Os resultados da revisão auxiliaram na compreensão de como o trabalho sexual é visto e estudado pela comunidade científica. A partir disso, construiu-se o segundo artigo intitulado “*Entre redes sociais digitais e plataformas: Transformações no trabalho sexual*”, no qual se

inicia a discussão sobre o trabalho sexual nas plataformas digitais. Nesse artigo, explora-se as características desse trabalho que se assemelha a outros trabalhos plataformizados, pontuando também suas especificidades. O vínculo ao sistema de plataforma está presente, como se a trabalhadora contratasse a plataforma para poder prestar o serviço, essa é uma das estratégias para tentar descharacterizar o vínculo empregatício.

A retirada de uma porcentagem do rendimento das trabalhadoras também é uma realidade, junto dos contratos/termos de serviço que exime as plataformas de qualquer responsabilidade com os dados delas. Uma das vulnerabilidades específicas do trabalho sexual nas plataformas é justamente a segurança de seus dados pessoais e de sua imagem, as plataformas não possuem políticas de proteção, assim, essas informações podem ser usadas contra as profissionais e até mesmo, serem comercializadas sem sua autorização. Outro ponto é o estigma que envolve esse trabalho e que pode impactar em suas relações pessoais.

A análise do segundo artigo possibilitou conhecer o funcionamento desse trabalho a partir da experiência das próprias trabalhadoras, possibilitando a construção do terceiro artigo. O artigo sob o título de “*Sim, eu sou puta*”: *Narrativas de mulheres no trabalho sexual em plataformas digitais*” tem como objetivo geral analisar a construção da identidade das trabalhadoras no trabalho sexual plataformizado. Além disso, realiza-se uma caracterização as participantes do estudo e discute os coletivos invisíveis de trabalho.

A identidade de trabalhadora sexual e os coletivos estão relacionados. Os coletivos de trabalhadoras sexuais digitais ainda não são coletivos estabelecidos fisicamente, como as associações de prostitutas, eles existem de uma forma mais invisível. A sua existência é notada através dos relatos sobre companheirismo e ajuda de colegas que foram conhecendo através do trabalho e quando elas citam pessoas que são referências quando elas precisam de alguma ajuda sobre direitos, jurídico, segurança ou outros. Essas pessoas são trabalhadoras sexuais e/ou

pesquisadoras da área que, através de suas redes sociais digitais, divulgam informações sobre a temática e acabam unindo trabalhadoras.

A partir dos dados, foi identificado que as participantes que tinham aproximação com as ativistas do trabalho sexual, tinham a identidade de trabalhadora sexual mais fortalecida. Mesmo aquelas que ainda não explanam abertamente para a sociedade que são trabalhadoras sexuais, reconhecem a importância desses coletivos e dos espaços de discussão. O trabalho sexual plataformizado pode afastar pessoas trans, uma vez que solicita a documentação atualizada e afastar a população empobrecida, já que alguns materiais são necessários para realizar a atividade.

Em linhas gerais, os dados desse estudo mostram que o trabalho sexual nas plataformas aparece como uma alternativa para resolver questões financeiras, quer seja aumentando a renda ou sendo uma opção frente ao desemprego. Entretanto, a permanência delas nessa atividade vai além desse aspecto, pois, à medida que a atividade vai sendo realizada, elas constroem novas perspectivas que podem servir de subsídio para continuar ou sair do trabalho. Apesar do estudo ser algo valorizado socialmente, a comunidade acadêmica ainda separa as pessoas dignas de ocuparem esse espaço e as que não o são. A universidade aparece nos relatos como um espaço onde o estigma contra a trabalhadora sexual é perpetuado, tornando a permanência delas nesse espaço, enquanto afirmam ser trabalhadoras sexuais, uma resistência.

Considerando esses aspectos, aponta-se como temática interessante conhecer as perspectivas das trabalhadoras que trabalharam, mas depois optaram por sair das plataformas, entretanto, entende-se a dificuldade da aproximação com esse público. Considera-se que a temática do trabalho sexual em plataformas é interdisciplinar e pode ser analisada a partir de diferentes focos, cita-se como possibilidades: saúde mental das trabalhadoras, as questões jurídicas contratuais que as vinculam às plataformas, questões sobre direitos trabalhistas, dentre outras.

Referências

- Blanchette, T., & da Silva, A. (2018). Classy Whores: Intersections of Class, Gender, and Sex Work in the Ideologies of the Putafeminista Movement in Brazil. *Contexto internacional*, 40(3), p.549-571. [ttp://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2018400300007](https://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2018400300007)
- DIEESE. (2024). Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos. <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.html>
- Lhuilier, D. (2009). Travail du négatif – travail sur le négatif (Barros, V. A. Trad). *Education Permanente dossier Travailler aux marges um cordon sanitaire pour la société?*, 179 (2009-2), 39-57.
- Lhuilier, D. (2013). Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 483-492. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300002>
- Lhuilier, D. (2014). Introdução a psicossociologia do trabalho. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, 17(1), 5-19. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19>
- Filgueiras, V., & Antunes, R. (2020). Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, 39(1), 27-43. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>
- Goffman, E. (2004). *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Sabotagem.*
- Hughes, E. C. (1964). *Men and their work*. (2nd ed.). The Free Press, A Corporation.
- Kempadoo, K. (1998). Introduction: Globalizing Sex Workers' Rights. In: Kempadoo, K.; Dezema, J. (Ed.). *Global sex workers: Right, resistance, and redefinition* (1-28). Routledge.
- Prada, M. (2018). *Putafeminista*. Veneta.

Nogueira, C., & Passos, R. (2020). A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleith Saffioti. *Caderno CRH*, 33, p.1-9. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.36118>

Saffioti, H. (1987). *O poder do macho*. Moderna.

Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado e violência*. Expressão popular: Fundação Perseu Abramo.

Santos, T., Diotto, N. (2024). Feminização e racialização da pobreza: a realidade das mulheres negras no contexto brasileiro. *RJLB*, 10(4), p.907-932.